

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

L732t Lima, José Alberto de Carvalho.
Três interpretações de Nicolau Maquiavel : perspectivas
de Leo Strauss, Ernst Cassirer e Quentin Skinner / José
Alberto de Carvalho Lima. – 2020.
50 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em
Ciência Política) – Universidade Federal do Piauí, Teresina,
2020.
“Orientador: Prof. Dr. Alexandre Bacelar Marques”

1. Ciência Política. 2. Pensamento Político. 3. Maquiavel,
Nicolau, 1469-1527. I. Título.

CDD 320

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
BACHARELADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

JOSÉ ALBERTO DE CARVALHO LIMA

**TRÊS INTERPRETAÇÕES DE NICOLAU MAQUIAVEL: PERSPECTIVAS DE LEO
STRAUSS, ERNST CASSIRER E QUENTIN SKINNER**

TERESINA

2020.3

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco Serviço de
Processamento Técnico

L732t Lima, José Alberto de Carvalho.
Três interpretações de Nicolau Maquiavel : perspectivas de
Leo Strauss, Ernst Cassirer e Quentin Skinner / José Alberto de
Carvalho Lima. – 2020.
50 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciência
Política) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2020.
“Orientador: Prof. Dr. Alexandre Bacelar Marques”

1. Ciência Política. 2. Pensamento Político. 3. Maquiavel,
Nicolau, 1469-1527. I. Título.

CDD 320

JOSÉ ALBERTO DE CARVALHO LIMA

TRÊS INTERPRETAÇÕES DE NICOLAU MAQUIAVEL: PERSPECTIVAS DE LEO STRAUSS, ERNST CASSIRER E QUENTIN SKINNER

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciência Política da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Bacelar Marques

TERESINA

2020.3

JOSÉ ALBERTO DE CARVALHO LIMA

TRÊS INTERPRETAÇÕES DE NICOLAU MAQUIAVEL: PERSPECTIVAS DE LEO STRAUSS, ERNST CASSIRER E QUENTIN SKINNER

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciência Política da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciência Política.

Data da aprovação: 01/10/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Bacelar Marques (Orientador)

Universidade Federal do Piauí - UFPI

Prof. Dr. Francisco Jozivan Guedes de Lima

Universidade Federal do Piauí – UFPI

Prof. Dr. Cleber Ranieri Ribas de Almeida

Universidade Federal do Piauí – UFPI

AGRADECIMENTOS

Agradecer nem sempre é uma tarefa fácil, pois se corre o risco de se esquecer de alguém, ou de se estabelecer uma gradação, ainda que não de propósito, na ordem desses agradecimentos. Desta forma, não há nenhum estabelecimento de critério quanto aos nomes que abaixo se seguem. Eles surgem, à medida que as lembranças vêm à minha mente.

Agradecer é um exercício diário de quem tem a plena certeza de que sem DEUS nada somos e nada podemos fazer. Daí porque, em primeiro lugar, agradeço a DEUS, força indispensável à manutenção de uma paz espiritual indeclinável para a realização de qualquer trabalho, em especial de trabalhos intelectivos e que exigem concentração e inspiração. Agradecer é um exercício diário de quem tem a plena certeza de que sem DEUS nada somos e nada podemos fazer.

À minha família, em especial, meus pais, Alberto Viana (in memoriam) e Aldiva Carvalho, aos meus irmãos e irmãs, que sempre estiveram comigo em todos os momentos; De forma bastante carinhosa, aos meus filhos e filhas, ao meu neto e às minhas netas. Sem eles, minha vida seria um vácuo.

Agradeço de forma penhorada ao meu orientador, professor Doutor ALEXANDRE BACELAR MARQUES, por aceitar e conduzir o meu trabalho de pesquisa, desde o primeiro momento em que tive a honra e oportunidade de ser seu discípulo.

A todos os meus professores do Curso de Ciência Política, em especial ao professor Dr. CLÉBER DE DEUS e de forma bem carinhosa às professoras doutoras OLIVIA PEREZ, BÁRBARA JOHAS e MONIQUE MENEZES, pela excelência da qualidade técnica de cada um e por terem me oportunizado ser uma pessoa melhor.

Não poderia esquecer meus colegas que juntos ingressamos nesta Instituição em 2016, fazendo um registro especial às alunas formandas DENISE ALMEIDA e INDIRA FREITAS, que foram essenciais no meu caminhar nestes últimos quatro anos. Muito obrigado.

Obrigado a todos.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar e relacionar interpretações sobre Maquiavel feita por Leo Strauss, Ernst Cassirer e Quentin Skinner, visando assim, compreender as diversas e distintas perspectivas de seu pensamento político. A primeira perspectiva apresentada é a de Leo Strauss que enfatiza o maquiavelismo e a imoralidade nas obras do autor florentino. Em seguida, Ernst Cassirer, que ressalta a ausência de moralidade em seus escritos, definindo-o como um autor técnico e realista. Por fim, Quentin Skinner, que procura relacionar o pensamento de Maquiavel a uma defesa do republicanismo. Em vista disso, o trabalho procura entender como tais autores visualizaram as respostas de Maquiavel frente a temáticas relacionadas aos governos, governantes e ao poder político.

Palavras-chave: Maquiavel. Strauss. Cassirer. Skinner.

ABSTRACT

The present work aims to analyze and relate interpretations about Machiavelli made by Leo Strauss, Ernst Cassirer and Quentin Skinner, aiming to understand the diverse and distinct perspectives of his political thought. The first perspective presented is that of Leo Strauss who emphasizes Machiavellianism and immorality in the works of the Florentine author. Then, Ernst Cassirer, who emphasizes the absence of morality in his writings, defining him as a technical and realistic author. Finally, Quentin Skinner, who seeks to relate Machiavelli's thinking to a defense of republicanism. In view of this, the work seeks to understand how these authors viewed Machiavelli's responses to issues related to governments, government and political power.

Keywords: Machiavelli. Strauss. Cassirer. Skinner.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
1 O PENSAMENTO POLÍTICO DE MAQUIAVEL SEGUNDO LEO STRAUSS.....	10
1.1 Um olhar crítico.....	10
1.2 Maquiavel e o cristianismo.....	15
1.3 Uma crítica da crítica.....	17
2 O PENSAMENTO POLÍTICO DE MAQUIAVEL SEGUNDO ERNST CASSIRER.....	22
2.1 O juízo acerca de Maquiavel.....	22
2.2 Princípios eclesiásticos <i>versus</i> secularismo.....	26
2.3 Maquiavel: moral ou imoral?.....	30
3 O PENSAMENTO POLÍTICO DE MAQUIAVEL SEGUNDO QUENTIN SKINNER.....	33
3.1 Maquiavel e o republicanismo.....	33
3.2 O neorrepublicanismo de Skinner.....	37
3.3 Quentin Skinner e a história das ideias.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	48

INTRODUÇÃO

Quando se procura estudar o grande arcabouço teórico do pensamento político moderno, logo se evidencia a relevância e a popularidade de Nicolau Maquiavel. Suas ideias políticas se desenvolveram a partir do século XVI, englobando uma série de temas como: Estado, governo, poder e política. Tais obras, tendo em vista, sobretudo, a ascensão de um novo contexto histórico, tornaram-se amplamente discutidas, estudadas, defendidas e rejeitadas, permanecendo em debate até os dias atuais.

A estrutura política na Idade Média era marcada pela influência da Igreja Católica e o pensamento político vigente tinha como base, a tradição e os dogmas religiosos. As ações do homem, sobretudo as ações políticas, deveriam ser guiadas pela vontade de Deus e pelos ensinamentos da instituição religiosa. “Essa dinâmica gerou a mentalidade de que as coisas no mundo aconteciam pela providência divina, e o homem, enquanto ser-para-Deus, não devia interferir no rumo das coisas dando a elas outro direcionamento” (ENGELMANN, 2005, p.08).

Ao passar do tempo, diversos fatores contribuíram para a dissolução da estrutura medieval e de suas concepções políticas, um deles foi a criação e consolidação das Universidades. Segundo Lima Vaz (2002, p. 32), “nos cem anos que separam a criação da Universidade de Paris (1200) e os agudos conflitos doutrinários que a sacodem em torno de 1300, o mundo medieval conhece profundas mudanças nos campos: econômico, social, político, religioso e cultural.” Esse período de transição foi marcado pelo enfraquecimento do poder de coerção da Igreja e por novos paradigmas fundamentados na razão e no humanismo, levando o homem a reformular toda sua visão de mundo. De acordo com esse pensamento em ascensão, as ações humanas passaram a ter “como fim último o próprio homem e a sua organização comunitária; o Estado e as leis eram produtos e realizações do próprio homem, que era capaz de organizar o espaço em que vivia, dando-lhe dimensão racional e não espiritual” (ENGELMANN, 2005, p.35).

É, portanto, a partir dessa nova perspectiva que Nicolau Maquiavel ganha notoriedade, propondo uma análise da ação humana, sobretudo a política, de forma original. Nascido em Florença, na Itália, Maquiavel tornou-se um célebre autor, escreveu grandes obras, que tornaram-se referência para as ciências humanas, como *O Príncipe*, obra mais conhecida e discutida, também, *A Arte da Guerra*, *A Mandrágora*, *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, entre outros. Além disso, não se limitou a somente escrever sobre a política, ele adentrou o âmbito político, presenciando os vários acontecimentos e exercendo sua vocação.

Por criticar a ação política voltada para interesses particulares, sua atuação nessa esfera foi sempre orientada pelo dever político em si, mantendo-se atuante independente da alternância de governos, como demonstra o trecho a seguir:

Em 1504 regressa a França, e no regresso inspirado nas suas leituras sobre a História Romana, apresenta um plano para a reorganização das forças militares de Florença, que é aceito. Em 1508 é enviado à corte do imperador Maximiliano, estabelecido em Bolzano. Em 1509 dirigiu o pequeno exército miliciano de Florença para ajudar a libertar Pisa, missão que foi coroada de sucesso, e em 1510 está de novo na França. Quando os Medici retomam o governo, Maquiavel trabalha de forma incansável para obter o reconhecimento da família, e desta forma, pode se dedicar àquilo que acreditava ser sua verdadeira vocação: sua devoção aos assuntos do Estado. (BELLOZO).

Maquiavel presenciou toda a instabilidade política da Europa, consequência da presença da Igreja na esfera política, e do debate entre fé e razão. Um período marcado por disputa entre as grandes potências e de uma grande efervescência cultural (BELLOZO¹). Sua cidade, Florença, passava por um momento histórico de grande esplendor cultural, mas também de “rápido declínio e grande vulnerabilidade, sofrendo com as lutas em torno de sua conquista” (BELLOZO).

Em torno disso, suas obras e argumentos confirmam sua inquietação com o cenário político da Itália. Pois, reconhece a ausência de capacidade do governo e da Igreja, em propor um modelo político eficaz e racional, que deixasse de lado os interesses pessoais e as discussões morais, e priorizasse o desenvolvimento, a estabilidade e o bom funcionamento da estrutura política do país. A unificação da Itália era, portanto, de grande valia para Maquiavel, algo que só seria “possível graças à ação de um príncipe que possua as qualidades preconizadas em sua obra mais famosa, O Príncipe, observadas na história romana, da qual Maquiavel constantemente se reporta” (BELLOZO). Tal obra é a principal amostra do seu pensamento político, trazendo argumentos que se por um lado o denomina prático e realista, por outro maquiavélico.

O novo paradigma político sustentado por Maquiavel leva em conta a autonomia do homem frente às decisões políticas, não mais guiado pela moral ou pela religião. Além dessa secularização, possui, também, um caráter objetivo e realista, na medida em que “a política passa a ser compreendida como técnica que adota a lógica empirista, e realiza-se a partir de observações e análises de elementos históricos passados e presentes, relacionados às ações

¹ Fonte do Departamento de Serviço Social e Direito da UCP, autoria de Edson Bellozo, sem data e sem paginação. Link: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12487289/maquiavel-e-as-origens-do-pensamento-politico-moderno>

políticas do homem” (ENGELMANN, 2005, p.37). Esse novo olhar para a política, que procurou fugir das análises utópicas e se separar da moral e religião, fez de Maquiavel o precursor da Ciência Política moderna.

Sobre a ação política é relevante a “objetividade com que Maquiavel a aborda, descrevendo-a tal e qual ela se apresenta, livre de máscaras ou entrelinhas. Essa objetividade rendeu-lhe muitos admiradores, porém, houve muitos opositores e julgamentos severos contra seu pensamento” (ENGELMANN, 2005, p.52). Visto isso, é interessante ressaltar que existe uma grande variedade de interpretações acerca de seus escritos, que se tornam importante na medida em que ampliam os pontos de vistas, produzindo mais conhecimento.

A Igreja e os muitos autores criticaram ferrenhamente suas obras, em *O Príncipe*, por exemplo, “foi condenado pela Igreja Católica. A obra foi publicada pela primeira vez em 1531, portanto após a morte de Maquiavel, com autorização do Papa Clemente VIII. Posteriormente, a Igreja Católica julgou-a escrita pela mão do diabo” (JÚNIOR, Antonio de Freitas, 2007, p. 206). Outros críticos criaram e propagaram o termo “maquiavélico” no sentido pejorativo dando a entender que havia em seus argumentos a falta de moralidade. Seus opositores enxergam sua obra como um caminho para que um governante abdique da moral e da ética e passe a agir de modo autoritário e cruel, pois, segundo os mesmos, um governo correto converge a moral e a política.

Há outra perspectiva entre as interpretações e releituras dos escritos de Maquiavel em que a análise tende a ressaltar o caráter técnico de seus argumentos, mas sem taxar o autor de imoral ou demonizá-lo. A intenção aqui é entender que não há compromisso ético por parte dele, mas que isso se explica pelo seu objetivo principal: ser um analista político fiel à realidade. Nesse sentido, criticá-lo por ser moralmente neutro é inútil, visto que ele somente aponta os fatos da vida política.

Uma segunda perspectiva, que contraria as críticas ao autor, são interpretações que enxergam Maquiavel como grande opositor da tirania. Seus argumentos afirmam que seu pensamento está atrelado ao republicanismo, na medida em que defende o bem do povo em detrimento dos interesses particulares do governante. “Nomes da estatura de Rousseau, Spinoza e Hegel, o consideram como o grande pensador da liberdade, pois, enquanto lecionava aos tiranos, na verdade ele ensinava ao povo a melhor maneira de não perder a liberdade” (JÚNIOR, Antonio de Freitas, 2007, p. 207).

Tendo em vista uma exposição mais ampla do pensamento e dos argumentos de Nicolau Maquiavel, esse trabalho propõe uma análise bibliográfica dos respectivos autores Leo Strauss, Quentin Skinner e Ernst Cassirer, com seus pontos de vistas sobre o pensamento maquiaveliano.

Leo Strauss, primeiramente apresenta uma perspectiva que enfatiza o termo maquiavélico, criticando a intenção de Maquiavel em descrever a realidade da política, ignorando a importância da moral. Em seguida, Ernst Cassirer caracteriza esse pensamento político como técnico, objetivo e ressalta a seu caráter realista. Por fim, Quentin Skinner aborda uma nova perspectiva, ao interpretar que o objetivo do autor florentino é impedir que interesses particulares se sobrepusessem aos interesses do povo, pensamento esse, que fundamenta o republicanismo. Esses autores, renomados, fazem uma excelente análise dos escritos de Maquiavel, que de ângulos distintos contribuem para um aprofundamento no estudo de suas obras.

O objetivo geral desse trabalho é analisar o objeto, sendo esse o pensamento político de Maquiavel, pelas três diferentes perspectivas citadas anteriormente, a fim de encontrar as divergências e as convergências de pensamentos. Como objetivos específicos o trabalho procura analisar o contexto histórico da época, onde havia a dissolução dos ideais medievais e a ascensão dos ideais modernos. E ainda, discutir pontos relevantes para a Ciência Política, como republicanismo, Estado, poder e moral.

Como justificativa, o tema tem relevância na medida em que acrescenta ao estudo da Ciência Política Moderna, analisando esse período histórico, sobretudo em um momento de transição. Contudo, justifica-se principalmente, por apresentar um debate sobre Maquiavel em diferentes óticas, propondo uma discussão contínua entre os argumentos do autor florentino com os dos demais autores. O intuito, com isso, é um aprofundamento e um maior esclarecimento das relações entre governo, poder, política e sociedade.

Em relação à metodologia de pesquisa, pretendeu-se realizar uma revisão bibliográfica entorno das principais obras sobre o tema. Iniciando, portanto, com um levantamento da literatura que mapeou obras relevantes. Na sequência se iniciou uma leitura sistematizada de tais obras, acompanhada da produção de fichamentos que, ao longo da pesquisa, corroborou para a produção de cada capítulo.

Acerca do desenvolvimento do trabalho, o primeiro capítulo aborda a crítica de Leo Strauss sobre Maquiavel, pela ausência de referência moral em seus escritos. No segundo capítulo, há uma releitura de Ernst Cassirer e sua interpretação sobre a descrição realista da política em Maquiavel. Por fim, no terceiro capítulo, há uma análise de Quentin Skinner sobre o autor florentino, abordando uma nova perspectiva que enfatiza o republicanismo. Fica a cargo da conclusão a conciliação das ideias e a comparação de todos os pontos de vistas apresentados, a fim de montar um quadro geral com as distintas interpretações do pensamento de Maquiavel.

1 O PENSAMENTO POLÍTICO DE MAQUIAVEL SEGUNDO LEO STRAUSS

Leo Strauss foi um filósofo político do século XX, de origem judaica, que deu aulas de Ciência Política na Universidade de Chicago e que é considerado um dos fundadores do neoconservadorismo². Publicou em 1958 uma obra intitulada *Thoughts on Machiavelli* (Reflexões sobre Maquiavel), que propunha uma análise detalhada de duas grandes obras de Maquiavel – O Príncipe e Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio – onde, apresentou suas críticas aos pensamentos e aos argumentos do autor florentino. Sua discussão é inteiramente relevante para esse trabalho, por compor a primeira de três perspectivas que serão apresentadas nos capítulos seguintes.

1.1 Um olhar crítico

Strauss tece críticas a modernidade, sobretudo a filosofia política moderna, alegando que essa, deixou para trás questões importantes, como o conhecimento do ser (STRAUSS, 1959, p.11 apud FALCÃO, 2011, p. 95). É dessa forma que Maquiavel passa a ser discutido pelo autor, pois são suas ideias sobre a ação política e a natureza humana que fundamentam o estudo da política moderna, tendo como pano de fundo uma apresentação da filosofia política greco-romana. "É no florentino que Strauss encontra o começo do fim, o declínio por excelência, caminhando *pari passu* com o surgimento da imoralidade e da irreligiosidade" (STRAUSS, 1959, p.11 apud FALCÃO, 2011, p. 95).

Seria certo definir Maquiavel como um professor do mal? Para Strauss (2015, p. 19), basta apenas uma boa lida da obra "O Príncipe" para responder essa pergunta. Pois a mesma está repleta de lições envolvendo assassinatos de oponentes, extermínio de famílias rivais, vingança, punição, ganância, além de conhecidos conselhos maldosos como "faça o mal de uma vez, e o bem aos poucos, pois o mal, quando menos experimentado menos sentido, já o bem precisa sempre ser sentido fortemente para que seja continuamente lembrado." Strauss não analisa muito e já chega a conclusão de que as dimensão imoral de tais ensinamentos só poderiam vir de um homem mal (STRAUSS, 2015, p. 19).

No entanto, Strauss reconhece de antemão, que o modo de enxergar o mundo e a ação política proposta por Maquiavel, em suas obras, nada tem de nova. Afirma que na filosofia clássica já se encontravam os mesmos pensamentos nos textos de Platão, Aristóteles e Tucídides.

² Fonte da bibliografia: <https://www.erealizacoes.com.br/autor/leo-strauss>

Maquiavel se destacou, contudo, porque ousou proclamar essa doutrina de forma clara e direta. Ou seja, “Maquiavel proclama aberta e triunfalmente uma doutrina corruptora que os autores antigos ensinaram secretamente e com todos os sinais de repugnância” (STRAUSS, 2015, p. 20). Diferente dos antigos, portanto, que camuflavam tais ideias apresentando-as através das falas e ações de personagens, Maquiavel escreveu e publicou esse pensamento – chamado de doutrina maligna por Strauss – em um livro com o próprio nome.

Em meio a sua crítica quanto ao grande papel de Maquiavel na propagação dessa doutrina do mal, Strauss não utiliza tanto a expressão “maquiavélico”, mas é precisamente essa a sua interpretação do autor florentino. Esse termo teve origem da Inglaterra, com a expressão “old Nick” (velho Niccòlo), usada para intitular o demônio e suas ações (FALCÃO, 2011, p. 97), ela se espalhou pelo mundo, e tornou-se vocabulário comum a todos, seu significado é apresentado de forma oficial por Bobbio (1995, p. 738) em seu dicionário de política, posto a seguir:

É uma expressão usada especialmente na linguagem ordinária para indicar um modo de agir, na vida política ou em qualquer outro setor da vida social, falso e sem escrúpulos, implicando o uso da fraude e do engano, mais que da violência. ‘Maquiavélico’ é considerado, em particular, aquele que quer se mostrar como homem que inspira sua conduta ou determinados atos por princípios morais e altruísmo, quando, na realidade, persegue fins egoísticos. Esta expressão constitui, portanto, na linguagem ordinária, uma prova da reação que a doutrina de Maquiavel suscitou e continua suscitando na consciência popular, e da tendência que considera essa doutrina como imoral.

A partir desse ângulo, Strauss condena toda a tradição interpretativa que vê Maquiavel com bons olhos, seja quem realça o tom realista em suas obras e ignora a falta de escrúpulos, como Cassirer; seja quem o denomina defensor da república e das virtudes como Montesquieu; seja quem o vê como um defensor do povo em detrimento da vontade individual do governante, como Rousseau. Pra ele, qualquer que não reconheça ou enxergue as armadilhas do pensamento maquiavelino já foram corrompidos pela tradição maquiavélica. O autor propõe uma saída para essa cegueira, argumentando que “o estudioso só consegue enxergar o verdadeiro caráter do pensamento de Maquiavel quando recupera, para si mesmo e em si mesmo, a herança pré-moderna do mundo ocidental, ao mesmo tempo bíblica e clássica” (STRAUSS, 2015, p. 22).

Strauss não para por aí. Ele rotula os pensamentos de Maquiavel como diabólicos, caracterizando o autor como o diabo da história da filosofia política, pois todo o seu esforço em estabelecer um novo pensamento político moderno, nada mais fez que perverter a filosofia política clássica. Ele, porém, dá um adendo, “somos forçados a lembrar a profunda verdade teológica de que o diabo é um anjo decaído. Reconhecer o caráter diabólico de Maquiavel,

portanto, significa reconhecer nele uma nobreza pervertida de uma grande ordem” (STRAUSS 2015, p. 23). Em meio a essas constatações, restou, para Strauss, abrir os olhos dos demais, por isso recomendava aos seus pupilos uma atitude em relação a Maquiavel: “exorcizar sua influência e isto significa ler seus textos não à luz dos leitores republicanos modernos e contemporâneos, mas à luz do pensamento pré-moderno, ou seja, à luz do ensinamento bíblico e do ensinamento clássico” (STRAUS, 2015, p. 22).

Strauss identifica a maldade nos escritos de Maquiavel em diversos momentos, a começar pelas ambiguidades atribuídas às palavras. “A distorção do conhecimento político maquiavélico carrega consigo a neutralização da moralidade política” (FALCÃO, 2011, p. 99). Os termos aos quais se refere seria a “virtù”, que pode significar tanto a virtude moral quanto a astúcia. E “Príncipe”, que se refere tanto a um monarca não tirânico quanto a qualquer homem detentor de poder político. Tal escrita obscura leva a uma conveniência de interpretações, assim, “a maldade de Maquiavel reside em ser consciente de seu papel na reflexão política” (FALCÃO, 2011, p. 99).

“Dizer que Maquiavel é um cientista é quase tão enganoso quanto dizer que ele é um patriota” (STRAUSS, 2015, p. 21). O que essa fala revela sobre o ponto de vista de Strauss? Quanto ao reconhecimento de Maquiavel como um cientista político, Strauss não poupa críticas. Primeiro que a prática científica deve ser ausente de valor, que não é o caso de Maquiavel, suas obras estão repletas de juízo de valor, sendo consideradas pelo intérprete em questão como um estudo normativo da sociedade. Ademais, se forçado a admitir que Maquiavel seja um cientista, a partir de argumentos que enxergam na sua ausência de distinções morais uma neutralidade científica, Strauss, afirma que em vez de torná-lo um “cientista” sua ausência de moralidade somente revela a realidade de seus ensinamentos: imorais e irreligiosos (STRAUSS, 2015, p. 21).

Quanto ao patriotismo do autor florentino, defendidos por muitos, Strauss propõe-se a desmascarar. Pois longe do amor genuíno pela pátria, há uma “indiferença entre o certo e o errado que nasce da preocupação exclusiva com a própria glória ou bem-estar” (STRAUSS, 2015, p. 21). Nesse sentido, seu patriotismo é visto como egoísmo coletivo, que valoriza mais o status da pátria e a glória do governante que a pátria e o povo em si. Tais afirmações tem um grande peso, visto que as obras do autor convergem em um grande ponto de interesse: a unificação da Itália. É por meio dessa constatação que Strauss formula outra crítica, quando diz que as obras de Maquiavel não se definem pela descrição da realidade apenas, mas tem a intenção de ser ensinar o que fazer. Strauss afirma ainda:

Nesse ponto, mais uma vez, as ideias estão camufladas. A unidade étnica e linguística é suficiente para justificar uma ação unificadora, que, deseja ele, nem mesmo a Igreja pode conter. Assim, a sua descoberta se une ao seu programa; a revelação de um novo mundo está a serviço da salvação de sua pátria. Expõe-se, então, a maldade de Maquiavel, em não apenas camuflar suas intenções, mas também em camuflar seus ensinamentos.

As múltiplas interpretações de Maquiavel revelam seu caráter único, mas ao mesmo tempo, multifacetado. Dentre as tantas perspectivas aquelas que superam a superficialidade e acrescentam detalhes e argumentos novos se destacam, é nesse meio que se encontram os escritos de Strauss sobre Maquiavel. Uma das grandes particularidades a ser destacada é que o autor não analisa somente o que Maquiavel disse, mas também o que ele deixou de dizer. “Uma vez que cada um dos dois livros contém tudo que sabe, ele sugere com seu silêncio que esses objetos não têm importância.” (STRAUSS, 2015, p. 44). Ou seja, sua desaprovação reflete no seu silêncio. Temas que explicitam esse argumento – que foram deixados fora das obras de Maquiavel – são temas como: “a consciência, o bem comum, a distinção entre reis e tiranos, e o céu” (STRAUSS, 2015, p. 44).

Outro exemplo dessa perspectiva que propõe uma análise complexa e detalhada “é o comentário do fato de O Príncipe ter 26 capítulos e 26, na tradição judaica, ser a representação do nome de Deus.” (FALCÃO, 2011, p. 102). Muitas dessas descobertas não são esclarecidas, Strauss apenas visa apontar aos estudiosos do pensamento maquiavelino que eles não possuem um conhecimento completo das obras. Nota-se aqui que há um esforço para provar, mesmo pelos pequenos e mais improváveis detalhes, que Maquiavel é alguém imoral. Nesse sentido, o fato de Maquiavel não discorrer sobre céu, significaria, segundo Strauss, a demonstração da sua falta de fé e a negação da religião cristã. Junto a isso, todos os simbolismos referentes a Deus sugerem, na perspectiva de Strauss, algum tipo de blasfêmia.

Fica a critério do leitor, entender, portanto, se essas acusações configuram um exagero de Strauss, na tentativa de condenar Maquiavel, ou seria algo real, cogitado pelo autor florentino, visando criticar discretamente o Cristianismo. O trecho a seguir descreve a forma com que Strauss lida com os escritos de Maquiavel, buscando examinar todas as entrelinhas:

Raramente Léo Strauss constrói críticas externas às proposições maquiavelianas; sua preocupação reside mais nas críticas internas pela via da contradição, percebendo as contradições, de modo que o sentido original da obra se revele. de maneira geral, Strauss aceita as colocações de Maquiavel, sejam elas históricas ou analíticas. Isso mostra que a preocupação de Strauss é menos em perceber as fontes do texto maquiaveliano do que compreender sua maneira de abordar os temas. Por aí se compreende a necessidade de buscar as contradições no intuito de esclarecer o verdadeiro sentido da obra (FALCÃO, 2011, p. 104).

Sob a ótica abordada, a maldade de Maquiavel não “reside em valores absolutos – mesmo que, por vezes, Léo Strauss cite a irreligiosidade e imoralidade como caracteres dessa maldade – mas sim pela intenção camuflada” (FALCÃO, 2011, p. 106). Ou seja, sua falta de escrúpulos se torna mais evidente através de uma análise minuciosa de suas palavras, pois é aí que suas verdadeiras intenções são percebidas. Dessa forma, Maquiavel é compreendido como um autor que age maliciosamente, sendo um “republicano aos republicanos e principesco aos príncipes” (FALCÃO, 2011, p. 106); provocando a religião nas entrelinhas de seus escritos; fazendo o uso de palavras ambíguas propositalmente; e usando o silêncio como artifício de crítica. Para qual finalidade? Segundo Falcão (2011, p. 107) sua maldade não se justifica, portanto, Strauss não chega a uma resposta clara, somente afirma sobre a intenção de Maquiavel é transgredir: “we may say that the determination to transgress that prohibition senza alcuno rispetto, is of the essence of Machiavelli’s intention” (STRAUSS, 1958, p. 40 apud FALCÃO, 2011, p. 107).

Strauss procura entender a intenção de Maquiavel na escrita de O Príncipe e a dos Discursos. Sua análise consta que, embora a relação entre os dois textos seja inconclusiva e obscura, O Príncipe claramente é dedicado aos principados, enquanto Discurso, divide-se entre principados e repúblicas. Nessa discussão, entender que “Maquiavel é um técnico supremo que, sem qualquer consideração de predileção, sem qualquer convicção prévia, aconselha príncipes sobre as maneiras de conservar e aumentar seu poder, aconselhando da mesma forma os defensores da república” (STRAUSS, 2015, p. 32) a manter o republicanismo. Tal definição compreenderia sua função de cientista político da época. Strauss não nega por completo essa afirmação, no entanto, acusa-o de não ter buscado a neutralidade.

É, portanto, através da análise das máximas apresentadas e ensinadas nas obras de Maquiavel, sobretudo em O Príncipe, citada acima, que Strauss identifica os principais objetivos do pensamento “maquiavélico.” Sendo, o objetivo supremo aos olhos de Strauss, “educar uma elite de príncipes ou potenciais príncipes que, pondo em prática os ensinamentos do mal, poderiam construir uma monarquia absolutista para subjugar a Igreja e operar a unificação da Itália” (ROCHA, 2015, p.124). É se atentando aos destinatários em O Príncipe e nos *Discorsi*, sendo eles, respectivamente, um príncipe em vigência e dois príncipes em potenciais, que Strauss sugere a intenção de Maquiavel de se reportar a homens de ambições, e com interesse a exercer o poder tirânico.

Um segundo ponto ressaltado por Strauss é o foco de Maquiavel em direcionar a ação política para a obtenção da glória, pois é, precisamente, o instinto de conquistar glória para si e como consequência para a pátria, que move os governantes. Segundo Strauss, essa maneira de

enxergar a política ressalta os desejos egoístas e desqualifica o conceito de virtude em Maquiavel. Por fim, Strauss condena o obscurantismo nas obras do autor florentino, que sob pretexto de expor máximas de governo e acrescentar no estudo da política, esconde a intenção de ensinar e colocar em prática uma agenda de unificação da Itália.

1.2 Maquiavel e o cristianismo

Grande parte da discussão feita por Strauss sobre os escritos de Maquiavel perpassaram pelo tema da religião, sobretudo a cristã. Principalmente, devido ao contexto histórico da época, onde a Igreja Católica vinha perdendo sua influência nas decisões políticas, sem contudo ausentar-se por completo desse âmbito. Por muita das vezes o autor florentino é denominado pagão, pois a sua sentença de amar a pátria mais que a própria alma, leva a crer que o mesmo foi consumido pela glória mundana e esqueceu-se completamente das coisas espirituais (STRAUSS, 2015, p. 222).

Dessa forma, muitos autores interpretam a partir de seu pensamento que ele se afeiçoou a Roma pagã e rejeitou a Cristo. Por isso, “se esqueceu de pensar em tudo que não é político ou foi autocomplacente a ponto de ficar satisfeito em rebelar-se apaixonada e cegamente contra a moralidade cristã sem refletir de forma desapassionada sobre as premissas teológicas dessa moralidade” (STRAUSS, 2015, p. 222). Strauss não concorda por inteiro com essa afirmação, pois, segundo ele, Maquiavel não trocou a devoção a Cristo por um culto pagão. Pois, levando em conta que o paganismo está diretamente ligado a noção de piedade, concluiu com o argumento de que não há “um único vestígio da piedade pagã na obra de Maquiavel” (STRAUSS, 2015, p. 222).

O fato de o autor florentino não discutir em suas obras temas teológicos e bíblicos não necessariamente revelaria uma indiferença, pois sendo o tema principal a política, a Bíblia não tinha a obrigatoriedade de ser citada. Contudo, existindo um conflito evidente entre os ensinamentos bíblicos e a ciência política é um equívoco ignorar a ausência de comentário por parte de Maquiavel. O argumento de Strauss é claro, o autor florentino não foi ignorante, desleixado ou cego, antes, ele pensou exatamente no que estava fazendo. Sua intenção era silenciar-se quanto ao assunto, para levar os leitores superficiais e ingênuos a esquecer da doutrina bíblica (STRAUSS, 2015, p. 223).

Mas e quanto a opinião maquiaveliana sobre Cristianismo? Ao entrar na discussão sobre a realidade dos antigos e a realidade na qual vivia, Maquiavel apresenta o argumento de que em muitas das questões importantes, sobretudo políticas, os antigos eram exemplo de sucesso. Ele

afirma: “o mundo triunfou sob os imperadores pagãos de Nero e Marco Aurélio” (STRAUSS, 2015, p. 224), e através do comando de muitos outros. Em meio a tal análise, ele apresenta a tese de que o cristianismo teria conduzido o mundo à fraqueza, levando o governo a perder toda a força e a glória de outrora. Para exemplificar, ele cita um reino que, diferente dos anteriores, não triunfou por cultivar a religião cristã: “O mundo não triunfou no reino de Augustus, durante ao qual Jesus nasceu; muito longe de ser a plenitude de todos os tempos e, assim, completamente justo, foi um período de profunda corrupção; Augusto foi o principal responsável pelo povo romano ter ficado sem armas” (STRAUSS, 2015, p. 225). A explicação de Maquiavel para o argumento é explicitada a seguir.

Ao mostrar a verdade e o verdadeiro caminho, o cristianismo diminuiu a estima pela “honra do mundo”, ao passo que os pagãos viam essa honra como o sumo bem, e, portanto, eram mais ferozes ou menos fracos nas suas ações. Maquiavel parece afirmar que a consciência da verdade e do verdadeiro caminho é destruidora da força do mundo. (STRAUSS, 2015, p. 226)

Maquiavel não costuma citar o cristianismo pelo nome, ele refere-se ao mesmo como “religião presente” ou “nossa religião”, nessa última expressão, ele se auto inclui na crença. Para Strauss, “embora fale com uma frequência única de “nós, cristãos”, ele não expressa o que nós (cristãos) acreditamos, mas apenas o que ele mesmo acredita” (STRAUSS, 2015, p. 225). Voltando ao trecho explanado acima, quando se refere ao verdadeiro caminho, sendo esse o do cristianismo, estaria ele rejeitando a verdade em prol de seu ensinamento político contrário? Não parece uma escolha sensata se esse for o caso, logo, esse questionamento é feito por Strauss que chega a conclusão de que há uma verdade superior ao cristianismo para Maquiavel. Presente em sua obra *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, o seu argumento é: “É mais verdadeiro que toda outra verdade que onde os homens não são soldados isto se deve a um erro do príncipe.” (MAQUIAVEL, 1531 apud STRAUSS, 2015, p. 226).

Entende-se, portanto, a partir do exposto, que Maquiavel reconhece a reivindicação do cristianismo como verdade, dessa forma, não é a discussão sobre a verdade o objeto de sua crítica a essa religião. Sua crítica se configura no fato da crença “diminuir a estima pela glória mundana” (STRAUSS, 2015, p. 227), quando ensina que a humildade, o servilismo, e o desprezo pelas coisas do mundo são a forma certa de se viver. Assim, uma sociedade que crendo no paraíso decide suportar ofensas sem reagir, fica a mercê do governo de aproveitadores. Mais adiante em seus escritos, Maquiavel reconhece que é o falso entendimento do cristianismo que leva a essa situação. Pois se bem entendido, a religião aprova a defesa da pátria e o fortalecimento dos cristãos, conclui, portanto, que o declínio pelo qual o mundo passou não é

tão culpa do cristianismo como é da destruição das repúblicas pelo império romano. Embora tenha reavaliado sua acusação contra a religião cristã, Maquiavel ainda permanece firme no argumento de que a glória mundana é muito superior a moral cristã da humildade e do servilismo (STRAUSS, 2015, p. 227).

De maneira geral, entende-se que Maquiavel não é absolutamente contra a moral e a religião, somente argumenta que esses fatores não mais fundamentam a atividade humana. Nem o uso de ambos é mais relevante para se pensar a política, pois em seu ver, as decisões nesse âmbito devem ser guiadas pela razão. Portanto, Maquiavel preza pelo mundo natural, ignorando o sobrenatural, a fim de restringir a política ao mundo humano. Strauss, no entanto, não aceita esse ponto de vista. Para ele, qualquer “elogio maquiavélico da religião é apenas o outro lado daquilo que, em caráter provisório, poderíamos chamar de uma completa indiferença à verdade da religião” (STRAUSS, 2015, p. 22). Strauss fica inconformado quando Maquiavel acusa Deus de tirania e quando não dá importância para a Bíblia. Sua resposta a esse comportamento é esmiuçar suas obras por meio de críticas, demonizando o autor florentino e lutando contra a modernidade humanista.

1.3 Uma crítica da crítica

Tendo em vista que a exposição sobre Maquiavel, na perspectiva de Strauss, foi apresentada até então, torna-se essencial mudar o foco da discussão e compreender mais sobre esse autor que critica tão avidamente o pensamento maquiaveliano. Tal fato proporcionará uma perspectiva mais ampla de todo o conteúdo apresentado nesse capítulo. Strauss produz uma grande obra em que discute e critica os argumentos de Maquiavel, buscando a todo custo evidenciar sua maldade. Considerando que o próprio Maquiavel não pode mais defender-se, ou pelo menos apontar as falhas nos argumentos desse autor, uma análise de obras que fazem esse papel torna-se fundamental.

Se por um lado, Strauss critica avidamente seus inimigos, sendo eles: “a filosofia moderna, o iluminismo e seus desdobramentos contemporâneos, notadamente nos campos do liberalismo político e do marxismo” (ROCHA, 2015, p. 121). Por outro, cultivava também a defesa de algumas doutrinas, como o cristianismo e a filosofia política clássica. O trecho a seguir detalha essa questão:

Leo Strauss se empenha em destituir o discurso moderno demonstrando não apenas que ele era conhecido em seu princípio pelos clássicos, mas que as condições de seu sucesso o eram também. (...) Strauss nos conclama, pois, ao restabelecimento da filosofia clássica a partir de premissas cuja eficácia é destruída pela análise do mundo moderno; ou, melhor dizendo, ele converte praticamente em utopia aquilo que ele pensa não ter jamais tido o estatuto de utopia; ele estabelece entre a filosofia e a política uma distância à qual, segundo seu próprio argumento, Platão jamais consentiria (LEFORT, 1999, p. 299 apud ROCHA, 2015, p. 121).

Ele exalta, portanto, em seus escritos, a moral e a filosofia grega por possuírem caráter religioso, é com base nisso que não mede esforços em atacar a filosofia política moderna, de caráter humanista e racional. Quando constatada essa sua atitude, alguns autores questionaram se estaria ele, “sob a aparência de restaurar a filosofia grega, esforçando-se por restaurar a teologia política que ele estudou com afinco em *Persecution and art of writing?*” (ROCHA, 2015, p.122). Os analistas críticos de sua obra afirmam que, assim como Maquiavel traz à tona a filosofia política greco-romana para consolidar a filosofia política moderna, estaria Strauss agindo semelhantemente. No entanto, ele, de antemão, procurou distorcer a filosofia de Maquiavel para conseguir “fincar as bases para uma certa guinada teológica na filosofia política contemporânea” (ROCHA, 2015, p. 122).

Muitas das vezes fundamentado em concepções teológicas medievais, Strauss direciona o pensamento maquiaveliano para o materialismo ateu (ROCHA, 2015, p.123). Seu objetivo é, de uma vez por todas, refutar o sentido republicano nas obras de Maquiavel. Foi, contudo, esse republicanismo que notado por grandes homens, como Espinosa e Rousseau, passou a elaborar uma nova filosofia política, levando em conta a soberania popular em detrimento do absolutismo. Strauss nesse sentido tenta derrubar essas interpretações republicanas – tão importantes para à ciência política, relegando o pensamento de Maquiavel ao sentido apenas tirânico. Ou seja,

para Strauss, a posição do escritor político Maquiavel é a posição do príncipe conquistador que destrói a filosofia política clássica e a tradição cristã para estabelecer o novo domínio do materialismo ateu no campo da filosofia moral e política. Strauss conhece a história das influências de Maquiavel no pensamento republicano europeu. Significativa é a maneira pela qual Strauss menciona as leituras de Espinosa e Rousseau para em seguida desqualificá-las (ROCHA, 2015, p. 124-125).

Ao discorrer sobre duas grandes obras de Maquiavel – o Príncipe e *Discorsi* – Strauss chega à conclusão de que ambas são destinadas a príncipes tirânicos, isso significa afirmar que de forma alguma Maquiavel pensou no povo e na sociedade política em si. Além disso, Strauss se esforça para mostrar que se tratando de republicanismo, Maquiavel esqueceu o princípio fundamental: o bem comum. Tais fatos seriam verdade? Importantes interpretações do autor

florentino, como a de Rousseau, argumentam que a sagacidade da ciência e da arte política de Maquiavel refuta o argumento contrário ao republicanismo:

Seu discurso seduz a imaginação de príncipes ou aspirantes a príncipes movidos pelo desejo de dominar e, não obstante, dirige-se a políticos republicanos que, movidos pelo desejo de liberdade, podem pensar nos fundamentos da monarquia e encontrar formas de os fazer ruir para instituir a República e precavê-la contra a ambição dos príncipes (ROCHA, 2015, p. 124-128).

Como visto, grande parte dos esforços de Strauss é destinada a deturpar o projeto político moderno, que concilia republicanismo e iluminismo. Em uma segunda crítica então, ele afirma que Maquiavel não estaria interessado na dignidade do modelo republicano, portanto não estaria reformulando o republicanismo antigo para propor um molde moderno que contemple importantes questões humanas. Antes, contudo, objetivava “fazer triunfar a antiga doutrina do mal que os republicanos antigos não ousavam ensinar senão em discursos indiretos pronunciados pela boca de tiranos” (ROCHA, 2015, p. 129). Strauss baseava essa interpretação no fato de que Maquiavel não apresentou critérios oficiais de distinção entre príncipe e tirano. Portanto o seu silêncio, como já discutido nos tópicos anteriores, comprovava a sua indiferença frente ao tema. Ou seja, a seu ver, Maquiavel não estava interessado em diferenciar ambos os termos, pois não se importava com quem estaria no poder – contanto que seguissem seus ensinamentos, conseqüentemente não se importava com o bem comum.

O fato é que ao analisar toda a atividade maquiaveliana é encontrada uma elaboração de novos conceitos concernentes ao bem comum. Strauss, entretanto, acusava erroneamente Maquiavel de ignorar a importância desse termo para o pensamento político moderno, abandonando “fundamentos republicanos da filosofia política antiga” (ROCHA, 2015, p. 131). Só porque o autor florentino não concordava com o conceito de bem comum clássico, que estava ligada a ideia de ordenamento hierárquico das classes sociais, não quer dizer que ele deixou o tema de lado.

Para Maquiavel, o bem público é intrinsecamente relacionado à liberdade. Isto é, “o bem público realiza-se como liberdade política precisamente na medida em que a República impõe limites ao desejo de comandar dos poderosos, pois nesta medida torna-se aberta para a ação política dos Grandes e do Povo” (ROCHA, 2015, p. 132), assim, uma República livre possibilita uma resolução de conflitos entre ambos os lados, garantindo a liberdade política. Esse conceito esclarecido refuta parte dos argumentos apresentados por Strauss, fazendo-o perder alguma credibilidade.

A correção dos argumentos de Strauss leva ao questionamento não só da relevância de seu trabalho, mas do próprio propósito de suas obras. Dessa forma o que se compreende é que seu objetivo não é “reestabelecer a filosofia política clássica, mas insinuar uma certa vertente teológica do pensamento político contemporâneo através da destruição da filosofia política moderna que se fundou pelas obras de Maquiavel, Hobbes e Espinosa” (ROCHA, 2015, p. 135) pois, a modernidade disseminou um novo pensamento filosófico, influenciando nomes como Hegel e em Marx, e deixou a mercê a doutrina teológica.

Ao escrever sua análise julgando Maquiavel e o pensamento moderno o tiro saiu pela culatra, pois, o que ficou evidente foram as “sutilezas de seus próprios prejuízos. Como num espelho distorcido, a imagem diabólica de Maquiavel não reflete senão o imaginário político do próprio Strauss. Podemos dizer que a interpretação agressiva de Strauss é como aquele dardo que se volta contra quem o lançou” (ROCHA, 2015, p. 135).

Além disso, a sua relutância com o conceito do político não é reproduzido, nem levado em consideração nas obras relevantes para a história da filosofia. “Este preconceito do “político” conduz Strauss a reconstruir os textos, como se os estivesse explanando, a partir da seleção de algumas passagens e da omissão de outras, para apresentá-los como se fossem estruturados pelo conceito do político que, na verdade, ele abraçou” (ROCHA, 2015, p. 135). É exatamente essa a sua forma de lidar com os escritos de Maquiavel, desqualificando os dizeres do autor florentino em nome de uma determinada filosofia contemporânea, que tem como pano de fundo a filosofia política clássica e a religião.

Outra perspectiva afirma que, o discurso político de Maquiavel apresentado por Strauss, é baseado na concepção schmittiana do político. Onde o detentor do poder controla todas as esferas, designando um inimigo público a fim de mobilizar o povo excluído e criar uma massa de manobra que, tanto apoie os amigos da nação, como, destrua os inimigos quando conveniente (ROCHA, 2015, p. 136). Dessa maneira, o foco é precisamente o estabelecimento de um governo preparado para o exercício da tirania. “A doutrina moral e política desta elite não seria mais a Ciência do Bem de Platão, mas seria a suposta Ciência do Mal do Maquiavel que Strauss construiu à sua imagem e semelhança” (ROCHA, 2015, p. 136).

De toda forma, as análises aqui apresentadas dos argumentos de Strauss, buscaram, antes de tudo, uma maior discussão do ponto de vista do autor em relação à filosofia política moderna e mais precisamente, aos escritos de Maquiavel. Dado o exposto, as críticas contribuíram para o esclarecimento dos motivos de o autor insistir nessa nova figuração do velho maquiavelismo. O capítulo seguinte traz a tona uma nova perspectiva, que tece uma

crítica a essa visão maquiavélica, ao passo que acrescenta outros pontos essenciais para a maior compreensão do pensamento em questão.

2 O PENSAMENTO POLÍTICO DE MAQUIAVEL SEGUNDO ERNST CASSIRER

Ernst Cassirer foi um filósofo alemão associado à escola de Marburgo, lar de grandes intérpretes da filosofia kantiana. Seu trabalho tem grande impacto no que diz respeito à filosofia da cultura, desenvolvida a partir da filosofia das formas simbólicas. Onde compreende o mito, a linguagem, a religião, a arte e até mesmo a ciência como formas simbólicas, ou seja, “todas essas formas de expressão cultural reunidas colaboram para o conhecimento que o homem tem de si mesmo e do mundo que o cerca” (HENDEL, 1946, p. 12)³.

Nos seus escritos, ganhou, também, notoriedade o estudo dos aspectos históricos e políticos da Renascença e do século XVIII, a exemplo a obra *O mito do Estado*, em que analisa o pensamento mítico na história da teoria política, desde a filosofia Grega pré-socrática à ascensão do Nazismo. É nessa mesma obra que Cassirer propõe-se a analisar o fenômeno do pensamento maquiaveliano, tornando-se assim, um importante pilar para esse trabalho. Por meio dessa interpretação, as próximas páginas explorarão uma segunda perspectiva sobre Maquiavel, que procura superar a questão da moralidade apontada no capítulo anterior.

2.1 O juízo acerca de Maquiavel

A nova ciência política de Maquiavel, legitimada pelos seus escritos, foi alvo do estudo de Cassirer em sua análise histórica da teoria política. Segundo ele, a recepção e a repercussão da obra *O Príncipe* levou a formação de dois grandes polos de posicionamentos – os que demonizaram *versus* os que a admiraram – que dividiram épocas e autores. Cassirer não contesta os efeitos dos ensinamentos de *O Príncipe*, afirma que “foi usado como arma poderosa e perigosa nas grandes lutas políticas do nosso mundo moderno. Seus efeitos foram claros e inequívocos” (CASSIRER, 2003, p. 145). A discussão que ele traz à tona, no entanto, é sobre o significado desses ensinamentos, que mesmo tendo passado por um compilado de análises nas mais diversas áreas de estudos, permanece incerta.

Tal argumento tem em vista que de tempos em tempos uma inversão de julgamento é atribuída à obra e ao seu autor. “O retrato de Maquiavel na história, confundido pelos que o admiram e pelos que o detestam, apresenta muitas variantes; e é muito difícil reconhecer atrás de todas essas variantes a verdadeira face do homem e o tema do seu livro” (CASSIRER, 2003, p. 146). Uma recapitulação da recepção dessa obra mostra que o primeiro sentimento foi de

³ Prefácio do livro *O mito do Estado* de Ernst Cassirer.

horror. Macaulay⁴ em seu ensaio sobre Maquiavel, duvidou que houvesse outro nome tão odiado na história literária, pois era continuamente descrito como inescrupuloso e tirano, chegando a ser taxado de ser o próprio Diabo. Adiante, na história, o sentimento mudou, “Um período de excessiva repulsa sucedeu outro de excessiva admiração.” (CASSIRER, 2003, p. 146). O tirano sem escrúpulos era agora visto como defensor da liberdade, e passava de Diabo a herói. Cassirer leva em conta tais posicionamentos e pondera que:

Num caso como o de Maquiavel, ambas as atitudes são inadequadas e enganadoras. Não quero dizer que o seu livro não deva ser lido e julgado de um ponto de vista moral. Em presença de uma obra que teve tão tremendos efeitos morais, tal juízo é inevitável e, na verdade, imperativo. Mas não devemos começar por reprovar ou aprovar; por denunciar ou aplaudir. Não haverá talvez outro escritor em relação a quem tenha mais aplicação a máxima de Spinoza: *Non ridere, non lugere neque detestari, sed intelligere*. Devíamos tentar compreender antes de proferir um juízo acerca do homem e de sua obra. Mas essa atitude intelectual foi contrariada pela influência das duas lendas acerca de Maquiavel. Estudando *O Príncipe*, devemos estar constantemente prevenidos contra elas: a lenda do ódio e a lenda da veneração (2003, p. 146-147).

Muitos dos autores do período elisabetano contrariaram essa atitude intelectual defendida por Cassirer. Em *Maquiavel e o drama elisabetano* de Eduard Meyer (1907 apud CASSIRER, 2003, p. 147) consta trezentos e noventa e cinco citações a Maquiavel na literatura da época. O fato é que, tais referências, vinham acompanhadas de opiniões, que alimentavam, sobretudo, a lenda do ódio. Tamanha era a dimensão, que peças como as de Shakespeare usavam do termo maquiavélico para definir o caráter do vilão, em termos de astúcia, malícia e crueldade. É por meio disso que Cassirer atribui ao nome de Maquiavel a perda de sua individualidade histórica, pois adquire noção de pensamento: o pensamento maquiavélico (CASSIRER, 2003, p. 148).

É interessante notar que apesar dos julgamentos e condenações, Maquiavel não perde sua influência, permanecendo entre os grandes autores da Ciência Política. Esse fato é também ressaltado por Cassirer, quando afirma que seus críticos contribuíram para sua fama e, por muitas das vezes, a ferrenha oposição estava atrelada a uma espécie de fascinação, pois não podiam negar seu gênio. “A esse respeito era difícil encontrar qualquer diferença entre os admiradores de Maquiavel e seus adversários. Essa aliança tornou-se uma das principais causas do crescente poder do maquiavelismo no nosso moderno pensamento político” (CASSIRER, 2003, p. 148).

⁴ MACAULAY, *Critical, Historical and Miscellaneous Essays*, 267 apud CASSIRER, 2003, p.146.

Bastante tempo passou para que esse quadro condenatório de Maquiavel fosse posto de lado, foram os filósofos do século XVII os primeiros a se oporem a essa lenda do ódio, tida como juízo comum da época. Bacon⁵ foi um dos grandes exemplos, quando afirmou que Maquiavel muito acrescentou com suas obras quando negou os métodos escolásticos dando a devida importância aos métodos empíricos. Bacon exaltou a capacidade do autor florentino de descrever a realidade do que os homens fazem, ao invés de optar pelo caráter normativo – o que os homens deveriam fazer. Dentre esses novos posicionamentos, Cassirer afirma que nenhum outro autor contribuiu mais para reparar a imagem de Maquiavel que Spinoza, pois considerava o florentino um grande defensor da liberdade, e defendia que seus conselhos eram de grande utilidade para a manutenção da mesma. (CASSIRER, 2003, p. 150).

Um ponto de grande importância levantado por Cassirer levou em conta os argumentos de ambos os lados. Se por um lado, alguns admiradores exaltavam a astúcia e engenhosidade de Maquiavel, abraçando a ideia de que teria um sentido oculto em suas obras, por outro, seus opositores criticavam justamente esse sentido oculto, como prova de sua maldade. Em relação a isso, Cassirer argumenta que reduzir os escritos do autor florentino a esse “sentido oculto” e “astuto” é um erro, pois “esse grande mestre de manejos políticos e traições foi talvez um dos escritores políticos mais sinceros” (CASSIRER, 2003, p. 150).

Chamá-lo de enganador, mentiroso ou hipócrita é não enxergar a realidade, dessa forma, Cassirer critica o uso do termo maquiavélico, pois tem em mente que Maquiavel “nunca disfarçou sua personalidade nem escondeu a suas opiniões e juízos; revelou sempre o seu pensamento firme e temerariamente. Os seus pensamentos e o seu estilo não nos mostram qualquer ambiguidade; são claros, incisivos e inequívocos” (CASSIRER, 2003, p. 150).

Foi semelhante visão que contribuiu para alterar o juízo acerca de Maquiavel ao longo das décadas. Diversos autores passaram a concordar com uma perspectiva mais realista e empírica dos escritos. Como é o caso de Herder (XVII, 319 apud CASSIRER, 2003, p. 151) quando afirma acerca de *O Príncipe*: “o livro não é uma obra satírica nem compêndio de moral. É uma obra prima política escrita para os contemporâneos de Maquiavel. Este nunca teve a intenção de criar uma teoria política geral. Limitou-se a retratar os costumes, os modos de pensar e agir do seu tempo” (CASSIRER, 2003, p. 151).

Nessa mesma corrente de pensamento está Hegel, que levou adiante essa perspectiva e tornou-se “o primeiro apologista de Maquiavel” (CASSIRER, 2003, p. 151). Seu

⁵ BACON, *De augmentis scientiarum*, Liv. VII, cap. III, seção 10 apud CASSIRER, 2003, p.149.

posicionamento tinha por base o contexto histórico em que estava inserido: as guerras Napoleônicas, com a Alemanha em colapso político após a renúncia da coroa por Francisco II. “Numa semelhante disposição de espírito, em meio a uma situação política que parecia ser inteiramente desesperada, Hegel leu *O Príncipe*. Pareceu-lhe ter encontrado a chave deste livro, tão odiado e tão aplaudido” (CASSIRER, 2003, p. 152). Segundo Cassirer, Hegel viu um paralelo na situação da Alemanha e na da Itália de outrora, essas semelhanças validavam os escritos do autor florentino. Pois enquanto os críticos superestimavam os princípios morais sem levar em conta o pano de fundo dos escritos – a crise Italiana, era exatamente esse contexto histórico que, causando sentimentos de desespero e miséria, justificava os pensamento e ensinamentos de Maquiavel.

Cassirer tece uma crítica às últimas perspectivas explanadas. Segundo ele, “desde os tempos de Hegel e Herder que ouvimos dizer que é um erro considerar *O Príncipe* como um livro sistemático – como uma teoria política. Maquiavel, diz-se, nunca pretendeu oferecer-nos tal teoria; escreveu para um fim especial e para um círculo limitado de leitores” (CASSIRER, 2003, p. 154). Todo esse argumento é um grande equívoco para Cassirer, pois requer afirmar que a intenção de Maquiavel era escrever apenas para os italianos em uma época histórica específica, justificando, assim, que seus ensinamentos não são aplicáveis à vida política de outras gerações. A razão desse ponto de vista errôneo, argumenta Cassirer, é que toda a análise foi feita sob a ótica de sua época, ou seja, “estamos adornando com as nossas próprias concepções de história e de métodos históricos um autor para quem essas concepções eram inteiramente desconhecidas e para quem elas dificilmente seriam compreensíveis” (CASSIRER, 2003, p. 154).

Cassirer aprofunda-se ainda mais nessa crítica, apresentando perspectivas em Maquiavel que refutam os argumentos desses autores modernos contra a sua teoria política. Um dos pontos fundamentais, para Cassirer, é a diferença do papel da história para os historiadores modernos e para Maquiavel. Enquanto os primeiros possuíam uma concepção individualista da história, de que a mesma não se repete, Maquiavel não se limitava aos aspectos particulares de uma época, buscando sempre os eventos recorrentes em todas as épocas históricas. Possuía, assim, uma concepção universalista, onde a história está fadada a se repetir.

“Se um pensador desse tipo empreendeu a tarefa de erguer uma nova teoria construtivista, uma verdadeira ciência política, certamente não podia pretender limitar essa ciência a casos especiais” (CASSIRER, 2003, p. 156). Dessa forma, Cassirer entende que por mais evoluído que seja o moderno senso histórico, esse teria atrapalhado tais autores a entender melhor os escritos do autor florentino. Conclui sua argumentação afirmando que, embora

Maquiavel tenha utilizado sua própria experiência para formular seu pensamento, não era sua intenção limitá-lo a um país ou tempo específico. “Escreveu para o mundo – e o mundo deu-lhe ouvidos” (CASSIRER, 2003, p. 156).

Outra importante crítica feita por Ernst Cassirer diz respeito a mais um equívoco que impediu muitos autores de melhor compreenderem o pensamento maquiavelino, e, por conseguinte, o negarem como percussor da ciência política moderna. Ele aponta o erro desses autores em começar a estudar Maquiavel pela sua vida pessoal na intenção de adquirir uma maior compreensão de sua obra. O que Cassirer argumenta é que essa, longe de ser uma necessidade intelectual, consta como interesse psicológico. As consequências são, sobretudo, confusão, quando se nota o contraste do homem com a obra, o que leva ao enfraquecimento do pensamento.

Essa necessidade de aprofundamento, no que diz respeito ao estudo sobre o autor, se explica porque “em lugar de analisar e criticar os *pensamentos* de Maquiavel, a maior parte dos nossos comentadores modernos somente procura os seus *motivos*” (CASSIRER, 2003, p. 158). Outro equívoco, aponta Cassirer, pois buscar os motivos muitas vezes leva a um beco sem saída e quase sempre não acrescenta em nada, “os motivos de um livro, e a finalidade para que foi escrito, não são o próprio livro. São somente a causa ocasional; não nos fazem compreender o seu sentido sistemático” (CASSIRER, 2003, p. 158). O fato é que, por encontrarem-se absorvidos em informações e contradições sobre vida e obra do autor, esses estudiosos julgaram erroneamente o caráter sistemático dos escritos, destituindo Maquiavel do cargo de fundador da nova ciência política.

2.2 Tradição eclesiástica *versus* secularismo

Uma boa análise dos escritos de Maquiavel requer um olhar mais aprofundado ao pano de fundo histórico-político, fato esse, que Cassirer se propõe a fazer. O autor, nesse quesito, levanta uma discussão sobre o pensamento maquiaveliano tendo em vista as particularidades da tradição eclesiástica e do modelo do Estado secular. Em meio a essa discussão é de suma importância ressaltar o período histórico Renascentista, visto que os impasses entre tradição eclesiástica e secularismo ganhar mais espaço nessa época. Quanto a Maquiavel, é de forma unânime reconhecido como um genuíno autor da Renascença. Cassirer afirma que se ousarem contestar a realidade histórica desse período, as duas testemunhas clássicas suficientes para prová-la seria Galileu e Maquiavel, com suas respectivas obras, *Massimi Sistemi del Mondo* e *O Príncipe*.

Cassirer reconhece a tamanha diferença entre as obras citadas, e admite que “tratam de assuntos completamente diferentes; pertencem a séculos diferentes, foram escritas por homens cujos pensamentos divergiam totalmente, quer nos respectivos interesses científicos, quer nos respectivos talentos e personalidades” (CASSIRER, 2003, p. 161). No entanto, o ponto central de seu argumento é que “em ambos se encontra uma certa linha de pensamento que os marca como dois grandes e cruciais acontecimentos da história da civilização moderna” (CASSIRER, 2003, p. 161). São essas linhas de pensamento o que Cassirer chamou de “ciências novas”, essenciais para o contexto histórico de mudança do *status quo*. Dessa forma, se por um lado o estudo de Galileu fundamentou a ciência natural moderna, por outro, Maquiavel instaurou uma nova modalidade de ciência política.

Dito isso, para compreender o pensamento do autor florentino como um motor de mudanças, torna-se essencial entender o pensamento medieval. Cassirer afirma não ser possível separar cronologicamente o período medieval do que lhe sucede – a Renascença. “Na história da civilização europeia nunca houve uma quebra de continuidade. Procurar uma data marcando o ‘término’ da Idade Média e o ‘começo’ da Idade Moderna é um puro absurdo” (CASSIRER, 2003, p. 162). O que, para ele, deve ser buscado para determinar ambos os períodos é uma linha de demarcação intelectual. Nesse sentido, convém entender que, embora os pensadores da Idade Média dividiam-se por inúmeras escolas, havia um ponto em comum, que, inclusive, definia o *modus operandi* da época. Cassirer aponta que essa teoria própria do pensamento medieval está resumida nas obras *Da Hierarquia Celeste* e *Da Hierarquia Eclesiástica* de autor desconhecido. O cerne dessas obras é que “o primeiro princípio, a causa e origem de todas as coisas, é o Uno, o Absoluto. Esse Uno absoluto desdobra-se na multiplicidade das coisas” (CASSIRER, 2003, p. 162). Essa premissa sustenta todo um ideal de hierárquico que tem Deus como ser superior a tudo e todos. Esse entendimento valida toda a estrutura religiosa e o seu poder, durante esse período histórico, como reforça o trecho a seguir:

Todas as coisas, quaisquer que seja, espirituais e materiais, os arcanjos, os anjos, os serafins e os querubins, e todas as outras legiões celestiais, himens, natureza orgânica, matéria, tudo isso se encontra encadeado por essa cadeia dourada e colocado as pés de Deus. Há duas hierarquias diferentes: a hierarquia da existência e a hierarquia do valor. Elas não se opõe uma a outra; correspondem-se em perfeita harmonia. O grau de valor depende do grau do ser. O que se encontra na escala mais baixa da existência está em igual posição na escala ética. Quanto mais distante se encontra uma coisa do primeiro princípio, da fonte de todas as coisas, tanto menor é grau da sua perfeição (CASSIRER, 2003, p. 163).

O importante a ser levado em conta nessa discussão é o peso e a importância da hierarquia para a construção do pensamento medieval e de suas estruturas sociais. As obras

mencionadas tornam-se essenciais para a filosofia escolástica. “O sistema que defendiam não só influenciou o pensamento dos homens, mas também estava relacionado com os seus sentimentos mais profundos, e estava expresso, de diferentes maneiras, em toda a ordem ética, religiosa, científica e social” (CASSIRER, 2003, p. 163). Aristóteles, por exemplo, tinha Deus como um tipo de motor do universo que, mesmo imóvel, criava todas as coisas por meio de um impulso inicial.

Cassirer acrescenta ainda que por trás do fundamento hierárquico há a noção de um processo de degradação, onde “o mundo mais alto, o mundo dos corpos celestiais, é feito de uma substância imperecível e incorruptível – o éter ou a *quinta essentia*, e o movimento desses corpos é eterno” (CASSIRER, 2003, p. 163), por outro lado, à medida que se chega a superfície humana, ao “nosso mundo”, as coisas tornam-se corruptíveis e perecíveis, e até decadentes. Essa clara distinção, que revela uma discriminação entre os mundos mais baixos e mundos mais altos, é tão inerente ao pensamento medieval que é replicado em sua estrutura social e política. É a partir disso que se tem uma melhor compreensão do ordenamento social da Idade Média, composto pela hierarquia eclesiástica, que tem o Papa como autoridade maior, seguido dos cardeais, arcebispos, bispos, e o restante do clero. E pela hierarquia estatal, com o Imperador, seguido dos príncipes, duques e os demais vassalos. Portanto, o pensamento medieval fundamenta e mantém toda a estrutura do período, ou seja, “esse sistema feudal é uma imagem e uma réplica exata do sistema hierárquico geral; é uma expressão e um símbolo dessa ordem cósmica universal estabelecida por Deus e que é, portanto, eterna e imutável” (CASSIRER, 2003, p. 164).

Ao longo dos séculos seguintes não houve uma quebra abrupta desse modelo de pensamento, todavia, os novos ares do Renascimento enfraqueceram esse sistema hierárquico, e na medida em que o tempo passava, ele ia perdendo autoridade. Cassirer (2003, p. 164) cita a importância do sistema astronômico de Copérnico, que trouxe consigo o fim da distinção entre “mais alto” e “mais baixo”, citadas anteriormente, com isso, esse novo entendimento defendia que todos os seres estavam submetidos às mesmas leis universais. Essa revolução intelectual acompanhada da dissolução do feudalismo deu lugar a uma nova era, na qual, o ensinamento de Maquiavel se destacaria.

Cassirer afirma que quando Maquiavel pensou em *O Príncipe* o contexto histórico já tinha mudado, tanto que, uma análise da obra citada identifica seu pensamento mais focado nesse novo fenômeno. Cassirer afirma ainda que “se ele fala das formas usuais de governo, das cidades-repúblicas ou das monarquias territoriais, fá-lo com parcimônia. É como se todas essas antigas e consagradas formas de governo pouca curiosidade lhe despertassem – como se fossem

indignas do seu interesse científico” (CASSIRER, 2003, p. 165). Por outro lado, Cassirer nota uma empolgação e fascinação quando o assunto são os novos principados. Há uma admiração de Maquiavel pela estrutura do novo Estado, ele compreendia o real significado e a importância dessa nova ordem política. “Ele tinha assistido à sua origem e previu os seus efeitos. Antecipou no seu pensamento toda a evolução da futura vida política da Europa” (CASSIRER, 2003, p. 165-166).

A tradição eclesiástica é tratada por Maquiavel, segundo Cassirer, com certa ironia e desdém. Esses principados seriam afortunados, do seu ponto de vista, pois se fundamentam em concepções religiosas fixas, mantendo-se muito facialmente. Além disso, o fato de instituir Deus como autoridade suprema não abria espaço para contestação, fato que desinteressava ao autor. Segundo Cassirer (2003, p. 166), “para atrair o interesse de Maquiavel era necessária qualquer coisa diferente dessas tranquilas e pacíficas comunidades – em suma, um corpo político criado pela força e que, portanto, tinha de ser mantido pela força”. É em vista disso que Maquiavel se destaca por quebrar, indiscutivelmente, a tradição escolástica, indo contra o sistema hierárquico. Cassirer afirma que Maquiavel ignora noção de origem divina do Estado, atentando-se aos fatos concretos, fundamentando-se na empiria, pois, “a sua experiência ensinou-lhe que o poder, o poder político real e de fato, é tudo, menos divino” (CASSIRER, 2003, p. 167). Para Maquiavel os fatos da vida, e o simples observar da natureza das coisas refutava todo o sistema teocrático. Embora ressalte o aspecto realista no posicionamento de Maquiavel, Cassirer esclarece que entender as obras maquiavelianas apenas como descritivas é um erro, pois anula sua atuação como teórico de política, limitando-o a uma posição de historiador (CASSIRER, 2003, p. 168).

Cassirer ressalta que Maquiavel seria opositor da Igreja, e não da religião em si. O autor florentino compreende a importância da religião para a vida do homem, critica, contudo, seu uso como verdade incontestável na vida política. O valor da religião, a seu ver, seria medido de acordo com sua utilidade na vida política. Criticar o cristianismo não consiste em criticar todas as religiões. Para Maquiavel, o erro do cristianismo foi exaltar a humildade e outros princípios que tornam os homens fracos, conseqüentemente enfraquecendo o Estado. Em contrapartida, “os romanos fundamentavam sempre na religião as reformas do Estado e as guerras que empreendiam”⁶, garantindo força política. Dessa forma, Cassirer conclui a visão maquiaveliana afirmando que a religião não deve ter um fim em si mesma, mas ser uma ferramenta para a glória política. “A religião já não tem qualquer relação com uma ordem transcendente das coisas

⁶ MAQUIAVEL, Discursos, Liv. II, cap. II apud CASSIRER, 2003, p.170.

e perdeu todos os seus valores espirituais. O processo de secularização atingiu a fase final; porque o Estado secular existe não somete de fato, mas também, encontrou sua legitimação teórica” (CASSIRER, 2003, p. 170).

2.3 Maquiavel: moral ou imoral?

O ponto chave da interpretação de Cassirer sobre os escritos de Maquiavel gira em torno da discussão sobre moralidade. Ele não nega, ao analisar *O Príncipe*, que Maquiavel recomendou aos governantes atos imorais, enganosos e cruéis. A sua crítica está no fato de que diversos estudiosos tentam a todo custo ignorar esse fato ou mesmo buscar justificativas, como afirmar que tais medidas, embora erradas, só seriam postas em práticas objetivando o bem comum. Cassirer vê essa justificativa como equivocada, para ele, não se deve ater a moralidade para examinar a obra, “*O Príncipe*, fala de maneira diversa, sem compromisso de qualquer espécie. O livro descreve, com completa indiferença, os caminhos e meios de adquirir e conservar o poder político. Acerca do uso devido desse poder, o livro é omissivo” (CASSIRER, 2003, p. 173).

Portanto, entender *O Príncipe*, como um manual de ética e virtude política é um grande equivoco. Maquiavel não se deixa levar pelas suas emoções e opiniões pessoais, não exprime simpatia ou antipatia com os temas em geral. Ele não se propôs a atacar os princípios morais. Na verdade, não encontrou lugar para esses princípios em sua análise realista dos conflitos da vida política. A seu ver, a política era semelhante a um jogo de dados, e seu papel era conhecer bem as regras, ao passo de não intervir, não alterar e não criticar esse jogo.

A sua experiência política ensinara-lhe que nunca o jogo político fora jogado sem fraude, mentira, traição, felonía. Ele nem recomendava nem reprovava essas coisas. A sua única preocupação era descobrir o melhor lance - o lance que ganha a partida. Quando um campeão de xadrez se empenha numa combinação atrevida, ou quando tenta enganar o parceiro por toda espécie de estratégias, ficamos deliciados e admiramos a sua habilidade. Era essa exatamente a atitude de Maquiavel perante as velhacarias do grande drama político que se representava sob seus olhos. Ele não estava apenas profundamente interessado; estava fascinado. Não podia impedir-se de dar a sua opinião (CASSIRER, 2003, p. 174).

O interessante dessa perspectiva é que Maquiavel nem ao menos se deu o trabalho de definir quem seriam os jogadores, seriam os aristocratas, os republicanos, os bárbaros, os príncipes ou os usurpadores? Não respondeu, e nem tampouco o interessava, pois, afirma Cassirer (2003, p. 175), “isso não faz obviamente qualquer diferença para o homem que está interessado no jogo pelo jogo e em nada mais”. Quanto ao sentido oculto e ambíguo de suas obras, Cassirer afirma que é um grave erro achar que o autor florentino escondeu seus

verdadeiros pensamentos no intuito de enganar. Ele defende que “o livro de Maquiavel é claro e honesto; mas foi-lhe ditado pelo seu conceito do significado e finalidade de uma teoria política. Tal teoria deve descrever e analisar; não pode louvar nem condenar” (CASSIRER, 2003, p. 175).

Quanto ao “imoralismo”, Cassirer argumenta que é um erro olhar sob a ótica moderna, sem entender como o autor enxergava tais pressupostos. Nesse sentido, tona-se crucial saber que Maquiavel não desprezava a moralidade, ele somente “tinha os homens em muita pouca estima” (CASSIRER, 2003, p. 180). O autor florentino cultivava uma falta de confiança na natureza humana, e não nutria esperanças para sua geração. “*O Príncipe* tentou inculcar na mente dos governantes a mesma convicção da profunda perversão moral dos homens. Isso era parte integrante de sua sabedoria política” (CASSIRER, 2003, p. 180). Essa visão demonstra a sabedoria de Maquiavel, pois somente conhecendo a real natureza humana, um governante antecederia e se precaveria de muitos problemas.

Nessa linha de pensamento, não se deve argumentar que Maquiavel preferia aos governantes cruéis, pelo direcionamento de seus inscritos. Todavia, se escrevesse exclusivamente aos bons, não encontraria muitos leitores, visto que esses são exceção à regra. Ademais, “todos admitem quanto de louvar é a fidelidade e a integridade de um príncipe. Porém, no estado atual das coisas, um príncipe tem também de aprender a arte oposta: a arte da astúcia e da traição” (CASSIRER, 2003, p. 181). Mais uma vez Cassirer afirma que não é uma educação aos príncipes que Maquiavel se propõe, seu intuito é unicamente dizer aos mesmos como conquistar o poder e como conservá-lo.

Em vista toda a discussão, fica claro que para Cassirer o pensamento de Maquiavel contido em *O Príncipe* nem seria um tratado moral nem mesmo uma obra imoral, o ponto chave de sua interpretação é considerar o mesmo simplesmente um livro técnico. Por ser técnico, não se interessa quanto ao bem e ao mal, mas sim quanto ao útil e ao inútil. Não há preceitos morais a ser seguido, muito menos um chamado para a prática de crimes, o intuito é somente dar os conselhos necessários para que o principado possa ser conquistado, mantido e protegido. Dessa forma:

A sua arte de política era destinada e servia igualmente tanto para o Estado legal como para o ilegal. O sol da sua sabedoria política brilha igualmente sobre os príncipes legítimos, sobre os usurpadores e sobre os tiranos; sobre os governantes justos e sobre os governantes injustos. Ele deu seus conselhos sobre os negócios do Estado liberal e profusamente, a todas as categorias. Não devemos censurá-lo por isso (CASSIRER, 2003, p. 188).

Dessa maneira, Maquiavel age de forma a não opinar moralmente sobre as ações, apenas as descreve. Para Cassirer (2003, p. 186), nessa “análise só nos interessa a verdade da descrição e não as palavras proferidas”. Cassirer ainda faz uma alusão de Maquiavel a um químico, que prepara um determinado veneno. Essa substância em mãos certas poderia ser a cura para doenças e em mãos erradas poderia causar morte. De qualquer forma, a culpa não seria do químico. Maquiavel, nesse sentido, no mesmo papel frio e indiferente de um cientista, fez apenas o seu trabalho, as aplicações futuras não lhe dizem respeito.

Conclui-se, portanto, que Cassirer vê Maquiavel como um técnico político, objetivo, compromissado apenas com a realidade dos fatos, e exclui, assim, toda referência moral de sua obra. Para ele, *O Príncipe* não é um livro moral nem imoral, apenas técnico, ou seja, “o quadro de um Maquiavel cor-de-rosa não é um quadro historicamente verdadeiro”. É uma convenção fabulosa tão oposta à verdade histórica como a concepção do “diabólico” (CASSIRER, 2003, p. 175).

3 O PENSAMENTO POLÍTICO DE MAQUIAVEL SEGUNDO QUENTIN SKINNER

Quentin Skinner, nascido em Lancashire, Inglaterra, tornou-se um importante historiador britânico, influente desde a metade do século XX. Diplomado em Cambridge, ministrou cursos em Harvard, Oxford, Cornell, dentre outras grandes Universidades e levou suas conferências a diversos países. Conquistou o cargo de professor de ciência política em Cambridge e publicou importantes obras para o pensamento político e a história moderna. Dentre seus escritos, as obras *Maquiavel*, de 1940, e *As fundações do pensamento político moderno*, de 1978, são de grande valia para este trabalho, pois apresentam uma visão sobre Nicolau Maquiavel, distinta dos capítulos anteriores, complementando e enriquecendo, dessa forma, o debate proposto.

3.1 Maquiavel e o republicanismo

Ao estudar Maquiavel e as inúmeras interpretações e debates em torno de seus escritos, identifica-se uma corrente de pensamento que atribui ao pensamento do autor florentino uma ligação direta com as fontes do republicanismo clássico. É dentro dessa via interpretativa, chamada de institucionalista, que Skinner se encontra. O institucionalismo “entende as instituições como estruturas estáveis e mantidas por meio de mecanismos constantes de reprodução institucional. Dessa forma, modelos institucionais sustentáveis seriam aqueles que se renovam constantemente para manterem a eficiência e a legitimidade” (TROIANO; RISCADO, 2016, p. 116).

A tradição do pensamento político republicano trás a tona o debate entre o viés institucionalista e o anti-institucionalista. As principais contribuições para a perspectiva institucionalista são de autores que defendem o republicanismo neorromano, como Skinner, Maurizio Viroli e Philip Pettit. No que diz respeito ao pensamento de Maquiavel, embora haja uma discussão sobre o caráter mais ou menos popular da república, os autores institucionalistas afirmam que a importância de um ordenamento institucional e de um arcabouço jurídico é imprescindível para a conquista e manutenção da liberdade republicana, como afirma o trecho a seguir.

O modelo de república do pensador florentino demanda a relativa estabilidade de um acervo institucional ordenado para canalizar e dar vazão aos conflitos decorrentes da incorporação dos setores populares na comunidade política. A liberdade republicana seria impossível na ausência de leis e ordenações destinadas a processar o conflito entre o povo e os grandes.(SILVA, 2018, p. 02).

Já os autores de viés anti-institucionalista “deslocam o foco do universo das leis e ordenações da república para concentrá-lo na dimensão dos eventos anteriores, exteriores e contrários à ordem jurídico-política” (SILVA, 2018, p. 02). Nesse viés o evento sobrepõe-se a forma. A liberdade republicana não mais reside em uma forma institucional estabelecida, agora é determinada no “momento insurrecional e revolucionário de confrontação com a ordem” (SILVA, 2018, p. 02). Nessa perspectiva, é um equívoco compreender uma forma de governo somente pelo que diz respeito à institucionalização de suas práticas políticas, aprisionando-se a esfera institucional. O viés anti-institucionalista “ênfatisa o espírito da mudança radical, da desconfiança em reformas incrementais e do desdém à estabilidade do arranjo institucional republicano, com seus múltiplos mecanismos de dispersão do poder” (SILVA, 2018, p. 16).

Embora não se possa reduzir estritamente o debate de Maquiavel a respeito do estabelecimento da ordem política republicana às circunstâncias ordinárias da política institucional, é fato que a abordagem radical dos anti-institucionalistas é problemática. “A marginalização do papel das instituições não faz justiça às reiteradas manifestações do florentino atestando sua preferência pelos caminhos ordinários em detrimento dos extraordinários no dia a dia de uma república” (SILVA, 2018, p. 11). Assim, Maquiavel questiona os modos de governar extraordinários, que violam ordenações e ignoram leis estabelecidas. Como afirma o trecho a seguir.

No mesmo capítulo dos Discorsi em que discute a autoridade ditatorial em Roma, Maquiavel afirma que numa república não deveria ocorrer nada que obrigasse a governar com modos extraordinários. Os “modos extraordinários” podem até acarretar resultados positivos imediatos, mas “seu exemplo é ruim”. E a razão disso é que, estabelecido “o uso de violar as ordenações para o bem”, em seguida, com esse mesmo pretexto, elas são violadas para o mal. E, alguns capítulos adiante, ele ainda afirma que o “pior exemplo numa república” consiste em fazer uma lei e não a observar (SILVA, 2018, p. 11).

É essa vertente republicana, tributária do modelo romano e de viés institucionalista que guia a interpretação maquiaveliana feita por Skinner. O autor republicano vai de encontro ao absolutismo monárquico, sendo um dos primeiros autores a utilizar o termo “neorromano” para se referir ao conceito de liberdade dos pensadores políticos no século XVII. Mais recentemente Skinner substituiu o termo por “republicano”. Entretanto “a expressão ‘republicanismo neorromano’ acabou se impondo na literatura especializada como um recurso para indicar a especificidade da vertente dominante do chamado *republican revival*” (SILVA, 2018, p. 16).

Para os neorrepublicanos, embora em *O Príncipe*, Maquiavel dedique seus ensinamentos às monarquias, é notória a preferência do autor pelas repúblicas. No capítulo V da obra mencionada, por exemplo, Maquiavel ressalta a força de um regime republicano, afirmando que um povo que viveu sob a liberdade dificilmente ficaria impassível ao perdê-la. Segundo ele, a lembrança do regime livre de outrora alimentaria o desejo de vingança, o que causariam dificuldades para que um Príncipe mantivesse o território conquistado.

(...) na verdade, não há maneira mais segura de possuir uma província que talando-a. E aquele que devém senhor de uma cidade acostumada a viver em liberdade e que dela não faz ruínas pode esperar que ela o arruíne, porque esta, em suas rebeliões, terá sempre a ampará-la a palavra “liberdade e os seus antigos costumes, os quais nem a longa duração dos tempos, nem quaisquer benfeitorias jamais a farão esquecer (MAQUIAVEL, 2002, p. 25).

Ao fazer o uso de estratégias retóricas, Maquiavel leva o leitor à conclusão de que somente por meios republicanos a Itália superaria o caos político, econômico e social que lhe assolava. Portanto, essa detalhada análise de *O Príncipe*, revela os argumentos maquiavelianos favoráveis ao modelo político republicano, tendo em vista o contexto histórico “onde os florentinos reivindicavam o seu direito por lei de serem livres, onde a liberdade primitiva seria a forma encontrada para que a cidade reconstruísse sua própria identidade, posto que ser florentino significava acima de tudo ser livre e não escravo” (BRAZ, 2013, p. 01).

Esse contexto histórico de luta pela liberdade, trás a tona a importância do povo na construção e manutenção de toda forma de governo, sobretudo o republicano. Maquiavel afirma que da parte do povo há o desejo de não ser oprimido, por outro lado, da parte dos governantes há o desejo de oprimir e comandar. O autor deixa claro aos príncipes a existência desses desejos irreconciliáveis, contudo afirma ainda, que é justamente por meio desse conflito que se pode originar a liberdade, na medida em que a solução seria instituir uma aristocracia ou, nesse caso, um regime popular.

Maquiavel afirma ser mais satisfatório um principado civil, pois de um lado o príncipe gozaria de apoio popular, sem o risco da tomada do poder, e do outro o povo realizaria seu único desejo – o de não ser oprimido. Já em uma monarquia absolutista, o príncipe priorizaria sua vontade, contudo, em detrimento da vontade popular. Resumindo, quando toma o “poder em nome do povo, o príncipe se vê obrigado a criar mecanismos que possibilitam certa participação popular nas decisões do governo. Ao radicalizar sua vontade de poder, o povo que o ajudou a subir será o mesmo que lhe causará a ruína” (BRAZ, 2013, p. 07).

O autor florentino afirma ainda como ter o apoio popular pode ser uma eficiente arma contra qualquer inimigo externo, sobretudo quando há uma motivação de defesa comum. Dito isso, quer para preservar seu poder quer para vencer seus inimigos o príncipe precisa atentar a vontade popular. Maquiavel ressalta a facilidade que há em manter esse apoio, pois tendo o povo caráter passivo basta ao príncipe não roubar a propriedade e honra dos mesmos, conservando assim a satisfação e garantindo o poder de influência (SKINNER, 1996, p. 146). Por meio disso, essa perspectiva republicana reafirma que somente as repúblicas “podem se beneficiar inteiramente da força e da potência que resultam dos desejos populares, sendo o povo o melhor aliado” (BRAZ, 2013, p. 08). Maquiavel parece concordar, pois mesmo quando dá lições aos príncipes de como destruir esse tipo de regime, de forma sutil ele reafirma a sua força, deixando claro que não pode ser destruído completamente.

É relevante levar em conta, quando se fala de republicanismo no contexto maquiaveliano, a herança greco-romana. Herança essa que se tornou fundamental na formulação do pensamento político e filosófico durante a Renascença. O próprio Maquiavel, em sua dedicatória a Lourenço de Médici afirma a influencia dos textos antigos:

“(…) assim, desejoso de apresentar-me a vossa Magnificência com alguma prova de minha submissão, nada encontrei, em meu cabedal, que prezasse e estimasse tanto quanto o entendimento das ações dos grandes personagens, o qual adquiri na detida observação dos episódios modernos e na leitura incessante dos antigos episódios sobre os quais longamente e com grande atenção meditei” (MAQUIAVEL, 2002, p. 03).

Os clássicos propõe uma defesa aos ideais de liberdade, autonomia e participação, incentivando os cidadãos a serem mais ativos e capacitados dos saberes da vida pública. Tais ideais tornaram-se fundamentais para o pensamento humanista. Onde, “pouco a pouco, foram conseguindo tecer, a partir dessa recuperação do passado greco-romano e do distanciamento cada vez mais forte do pensamento medieval, este novo conjunto de ideias” (BRAZ, 2013, p. 04). É a partir dessa nova formulação do pensamento político que se consolida o republicanismo.

Dentro dessa linha de pensamento a república se define pela convergência de uma ordem institucional política com um ideal de liberdade específico, tida como ausência de dominação. Nesse contexto, o conceito de liberdade se distingue da simples liberdade como ausência de interferência, própria do liberalismo, ou da liberdade positiva, própria do comunitarismo. Assim, “o republicanismo neorromano advoga que a existência de uma determinada forma de governo é uma condição necessária para a maximização da não dominação” (SILVA, 2018, p. 06), ou seja, só há cidadãos livres na medida em que um determinado arranjo institucional se

propõe a garantir isso.

O debate sobre a liberdade, portanto, é essencial visto que a mesma é intrínseca ao republicanismo. A busca pela liberdade – que englobou autonomia, participação e autogoverno – mobilizou a política italiana, tonando-se, assim, um tópico que Maquiavel defendeu prontamente. As cidades buscavam garantir sua liberdade na medida em que lutavam contra o controle externo de seus sistemas políticos. O objetivo era estabelecer soberania, tendo em vista constituições republicanas. “Porém, estas cidades se viam diante de um impasse: não tinham como defender essa herança romana legalmente, pois o código civil romano tinha suas bases pautadas nos princípios do Sacro Império Romano Germânico” (BRAZ, 2013, p. 03).

É nesse momento que a lei entra em pauta, visto que não se pode discutir republicanismo e liberdade sem adentrar a esfera jurídica. Assim, as cidades italianas que reivindicavam soberania e autonomia ao Império, notaram que sem uma reformulação no pensamento jurídico da época, a liberdade não seria conquistada. É, portanto, com a ação dos juristas que o republicanismo ganha força, na medida em que desenvolveram leis que defenderam tais reivindicações.

Para isso, a premissa de que as leis deveriam ser fixas e os fatos adequar-se a elas entrou em declínio, para que as demandas fossem atendidas, as leis precisariam se conformar aos fatos e serem, dessa forma, mutáveis. Visto que as leis assegurariam a liberdade, a intenção republicana seria estabelecer “um tipo específico da ordenação jurídico-política, que configura um acervo institucional destinado a canalizar os conflitos sociais inerentes à vida em sociedade” (SILVA, 2018, p. 06). Ou seja, como fundamento do regime republicano, o código jurídico foi o ponto de partida na garantia da liberdade desfrutada pelos cidadãos.

3.2 O neorrepublicanismo de Skinner

Nessa discussão sobre a concepção republicana de liberdade, Maquiavel ganha destaque, sendo considerado por muitos como um grande amante da liberdade e do bem comum. Rousseau chegou a afirmar que mesmo em *O Príncipe*, a obra reconhecida pelos conselhos a monarquia, Maquiavel “fingindo dar lições aos reis, deu-as ele, e grandes, aos povos” (ROUSSEAU, p. 78 apud SILVA, 2010, p. 37). No entanto, essa perspectiva nunca foi forte o suficiente para superar a imagem, já consolidada, de Maquiavel como um gênio do mal. “Foi somente a partir da segunda metade do século passado que (ao menos nos meios acadêmicos) o ‘filósofo da liberdade’ começou a ganhar reconhecimento em detrimento do ‘conselheiro de tiranos’” (SILVA, 2010, p. 38).

Essa nova interpretação de Maquiavel, de caráter republicano, tem sido continuamente discutida nos estudos da história do pensamento político, assim como na área da teoria política normativa. O objetivo dessa mobilização é tanto ressignificar a interpretação maquiaveliana, como oferecer novos elementos nessa abordagem, tendo em vista obras menos conhecidas. Contudo, “observado de longa distância, o Maquiavel republicano parece íntegro o bastante para começar a se sobrepor ao Maquiavel das vilanias principescas. Porém, visto mais de perto, o novo Maquiavel perde foco e nitidez” (SILVA, 2010, p. 38). Isso porque, embora haja o engajamento por parte dos autores neorrepublicanos, ainda há muitas dissensões internas, sobretudo, acerca do conceito maquiaveliano de liberdade.

É essa noção de liberdade que diferencia a concepção de Skinner dos demais neorrepublicanos, pois, diferente dos demais, Skinner não leva em consideração a concepção aristotélica de cidadania, embora reconheça que o republicanismo romano não esteja totalmente alheio a ela. No entanto, o ponto crucial de seu argumento é que o republicanismo romano deve ser entendido como uma tradição política independente, ou seja, “se na interpretação cívico-humanista o centro das atenções era a noção de virtude cívica, na interpretação neoromana de Skinner o foco da análise desloca-se para a arquitetura institucional do Estado” (SILVA, 2010, p. 44).

Dessa forma, Skinner adota uma concepção de liberdade em que “longe de equivaler à concepção positiva dos neoatenienses, representava uma modalidade de liberdade negativa, inspirada na herança constitucional da antiga Roma” (SILVA, 2010, p. 38). Essa concepção neoromana leva em consideração que não há uma oposição entre liberdade e lei, longe disso a lei é essencial para o estabelecimento da liberdade. Assim, o renascimento do pensamento republicano na modernidade “deveu-se mais à recuperação de moralistas romanos, como Cícero e Salústio, do que à retomada da concepção aristotélica das virtudes cívicas” (SILVA, 2010, p. 44). Ele prefere abrir mão do modelo neoateniense e arriscar-se no conceito da liberdade negativa, pois entende que esse não se limita ao exercício da participação na vida política, pois:

Estar de posse da própria liberdade é ser livre no sentido ‘negativo’ ordinário de não se estar constringido por outros agentes. Portanto, ser livre é – como Maquiavel acrescenta com referência a agentes coletivos – agir de acordo com a própria vontade e segundo o próprio juízo (SKINNER, 2002, p. 197 apud SILVA, 2010, p. 44).

Skinner entende que a liberdade individual não pode existir dentro de uma comunidade que não seja livre, portanto, sem a liberdade política não há a possibilidade de manter a liberdade individual. É por esse motivo que o autor incentiva a participação na vida política do

regime republicano. Contudo, em meio a esses argumentos, o autor mais uma vez contesta a liberdade própria do comunitarismo, “afirma que a participação política é precisamente um meio, um instrumento da liberdade, não a própria liberdade. Em relação à liberdade, a participação política seria um valor instrumental, não um valor intrínseco, como quer o modelo neoateniense” (SILVA, 2010, p. 44).

Quanto a concepção de liberdade republicana no contexto histórico-político italiano, o pensamento dominante afirmava que a partir da retomada do pensamento aristotélico “a ideologia da forma eletiva e participativa de governo teria surgido como uma resposta de Florença ao avanço das pretensões autocráticas e imperialistas do regime de Milão” (SILVA, 2010, p. 44). Skinner, contudo, declara que em meio a emergente crise, a filosofia moral de Aristóteles foi dispensada. Ele mais uma vez enfatiza que foi Roma, e não a Grécia, que fundamentou e guiou à concepção de liberdade reivindicada.

Tito Lívio, Salústio e, principalmente, Cícero teriam servido de modelos para os republicanos pré-humanistas. Skinner sustenta que foi dessas humildes origens, muito mais do que devido ao impacto do aristotelismo, que o republicanismo clássico de Maquiavel, Guicciardini, e de seus contemporâneos, descendeu originalmente. Assim, a teoria política da Renascença, em todas as fases de sua história, deve muito mais profundamente a Roma do que a Grécia. E não há dúvida de que subjacente a essa conclusão encontra-se a crença de Skinner de que a tradição romana tem uma vida própria, que não pode ser reduzida à herança dos gregos (SKINNER, 2002a, p. 92 apud SILVA, 2010, p. 45).

É em meio a esse debate que Skinner se aprofunda nos estudos sobre Maquiavel. Segundo ele, o pensamento maquiaveliano é essencial para reafirmar a noção de liberdade clássica neorromana. Isso porque, para Maquiavel, o principal objetivo de um Estado seria conquistar glória e grandeza cívica, e isso só aconteceria por meio da liberdade e participação dos cidadãos. Skinner ressalta que Maquiavel não só trouxe a tona os conceitos de liberdade e bem comum tradicionais – próprios da antiguidade romana, como, também, adicionou importantes inovações. “Embora os valores sejam idênticos, os meios propostos por Maquiavel para a realização dos fins republicanos são tão estranhos ao republicanismo clássico que não seria exagero ver na obra do florentino uma “máquina de guerra contra o humanismo cívico” (BIGNOTTO, 1991, p. 231 apud SILVA, 2010, p. 56).

Em sua obra *As fundações do pensamento político moderno*, Skinner (1996, p. 177) discute o conceito de liberdade em Maquiavel. Afirma que o autor florentino entendia a liberdade, sobretudo, como independência e autonomia frente a alguma tirania ou agressão externa. Essa liberdade negativa fica mais explícita quando Maquiavel, falando de seu contexto histórico, atribui a conquista da liberdade italiana ao momento em que o país se desvencilhou

do poder de execução das sentenças judiciais impostos por estrangeiros. Acrescenta ainda que no caso de Roma, só houve o alcance pleno da liberdade quando conquistou os territórios que lhe ameaçavam.

Skinner então trás a tona dois pontos particulares na perspectiva maquiaveliana que se difere da tradição humanista. Primeiramente aponta a questão da justiça. Enquanto essa é descrita pelos autores como uma das “virtudes cardinais necessárias à realização do bem comum” (SILVA, 2010, p. 45), Maquiavel abre mão dela, fato esse que pode ser constatado na leitura de *O Príncipe* e até mesmo em os *Discorsi*. O autor florentino não nega o conteúdo do conceito de justiça, concordando que este princípio é essencial para se evitar a fraude e a impiedade. No entanto, afirma Skinner (1940, p. 76), para o argumento maquiaveliano é válido anular a justiça quando se busca proteger o bem comum. Dessa forma, “na guerra, por exemplo, a fraude é um método corriqueiro de combate, e em situações em que a liberdade da cidade se encontra ameaçada ou a estabilidade do Estado esteja em risco, a crueldade não pode ser descartada como método de ação” (SILVA, 2010, p. 45).

Outra inovação por parte de Maquiavel em sua visão republicana clássica é o papel dos conflitos no ordenamento de uma República, fato mencionado anteriormente. Para a tradição republicana é de praxe entender o conflito como uma ameaça ao bem comum e a liberdade, visto que tumultos e rebeliões desestabilizariam a ordem social. Entretanto, quando Maquiavel discute o tema, conclui que longe de causar prejuízo ao regime, os conflitos, ao longo do tempo, fortaleceriam e aperfeiçoariam as instituições republicanas. Pois é, sobretudo através de conflitos causados pela reivindicação da liberdade, que essa liberdade é conquistada. Assim:

Com essa convicção em mente que Maquiavel vai contra a opinião de muitos de que Roma foi uma república tumultuária e tão cheia de confusão que, se a boa fortuna e a virtù militar não tivessem suprido a seus defeitos, ela teria sido inferior a qualquer outra república. Segue-se então a surpreendente tese segundo a qual quem condena os tumultos entre os nobres e a plebe parece censurar as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma. Para Maquiavel, não apenas em Roma, mas em toda república há dois humores diferentes, o do povo, e o dos grandes, e todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles (MAQUIAVEL, 2007a, p. 21 apud SILVA, 2010, p. 46).

Essa interpretação skinneriana de Maquiavel e do republicanismo quanto ao papel dos conflitos, pretende reafirmar a estreita relação entre conflito, lei e liberdade. Nessa perspectiva, leis eficazes resultam dos conflitos e, por conseguinte, essas leis garantem a liberdade. Os conflitos, portanto, só são legítimos e úteis na medida em que são “devidamente processados no âmbito do acervo institucional do Estado” (SILVA, 2010, p. 47). Ou seja, na medida em que estabelece as boas leis. Essa tese demonstra a centralidade da lei na teoria da liberdade republicana, e sua importância para Maquiavel no debate sobre virtude cívica.

Skinner (1940, p.79) reconhece o pessimismo maquiaveliano em relação à natureza do homem. Maquiavel afirma que tanto o cidadão comum como os grandes governantes estão predispostos a corrupção. Enquanto o primeiro é ocioso e não cumpre com suas obrigações cívicas, o segundo é continuamente levado pela ambição, corrompendo as instituições livres. Visto que não há possibilidade de mudança, Skinner ressalta a necessidade para Maquiavel, de se estabelecer um freio nesse comportamento presente em todos os setores sociais. “Tal mecanismo deveria materializar-se num determinado conjunto de leis, um sistema constitucional voltado para produzir o tipo de virtude necessária à manutenção da liberdade, essa que de modo algum brota naturalmente dos indivíduos” (SILVA, 2010, p. 46). As leis são, portanto, responsáveis por deter a corrupção induzindo o cidadão a contrariar seus intentos egoístas em prol do bem comum.

Ao formular essa visão sobre o tema, Skinner endossa a opinião de Maquiavel de que o cidadão deve ser acorrentado às leis, citando também, a tese de Rousseau de que o cidadão “deve ser forçado a ser livre” (SKINNER, 2002a, p. 164 apud SILVA, 2010, p. 46). É em vista disso que Skinner é acusado de ser contraditório. Pois essa concepção do caráter duplo das funções do sistema constitucional republicano revela também “uma concepção de lei que remete ora à noção de liberdade positiva ora à noção de liberdade negativa” (SILVA, 2010, p. 46).

O que se conclui de seu debate em torno da liberdade é que de fato, ambas as concepções encontram-se presentes na sua interpretação de Maquiavel. Havia a intenção de demonstrar a liberdade republicana como um tipo de liberdade negativa, libertadora e emancipatória quando procurou se afastar da concepção comunitarista. No entanto, “a dimensão institucional da ‘concepção puramente negativa’ de liberdade é considerada insuficiente para acomodar o ideal republicano” (SILVA, 2010, p. 46), juntamente a isso, Skinner pretendeu se afastar da perspectiva liberal, e acabou por admitir uma função positiva do papel da lei.

Embora as críticas sejam consistentes, Skinner buscou ao longo do tempo reformular e explicar seus argumentos. Cabe ao trabalho em questão, contudo, analisar um recorte desses argumentos presentes no interior de sua interpretação maquiaveliana, Nesse sentido, Skinner dá ênfase ao marco institucional-legal, ressaltando sua inegável capacidade em trazer equilíbrio e ordem ao regime republicano. Afirma ainda que esse teor jurídico presente na concepção maquiaveliana de liberdade assegura os direitos e deveres dos cidadãos. Pois de um lado a lei os liberta do controle externo e do outro ela barra seus desejos naturais contrários ao bem comum. Skinner acrescenta ainda sob essa concepção de liberdade:

o conceito de liberdade passa a assumir uma conotação mais claramente jurídica, na medida em que é associado ao status de determinado indivíduo na relação com outros indivíduos, com grupos ou com a coletividade. Skinner argumenta que o que caracteriza a tradição neoromana do republicanismo é a ideia – presente no Digesto das leis romanas – de que um indivíduo pode ser qualificado como livre na medida em que ele não esteja sob a tutela, a dependência ou a vontade arbitrária de outrem. Nas leis romanas, o paradigma da ausência de liberdade é o escravo, aquele que se encontra sob o poder de outra pessoa (SILVA, 2010, p. 47).

Dito isso, as leis serviriam tanto para atender a reivindicação da liberdade, e por esse motivo aperfeiçoaria o ordenamento republicano e cultivaria a virtude cívica; por outro lado anteciparia e preveniria ações corruptas provenientes de todas as classes sociais. Saber utilizar as leis para promover a grandeza cívica é, para Maquiavel, uma das lições mais importantes a ser tirada do estudo da história. “Segue-se daí que, se examinarmos seus códigos constitucionais em detalhe, poderemos aprender o segredo de seu sucesso, assim tornando a sabedoria dos antigos diretamente acessíveis aos governantes do mundo moderno” (SKINNER, 1940, p.90).

3.3 Quentin Skinner e a história das ideias

Skinner apresentou um estudo sobre a história das ideias, através de obras como *Meaning and understanding in the history of ideas*, onde procurou discutir a validade da história do pensamento para a construção da teoria política. Tendo em vista que sua tese visou contrapor outras vias interpretativas, como a de Strauss, e que a mesma fundamenta sua leitura de Maquiavel torna-se essencial aqui, entendê-la.

Seu estudo em torno da história das ideias visou, sobretudo, tecer uma forte crítica as várias tradições da história das ideias políticas, “acusando-as principalmente de incorrerem no erro comum do anacronismo, ou seja, de imputarem a autores e obras intenções e significados que jamais tiveram, nem poderiam ter tido, em seus contextos originais de produção” (JASMIN, 2005, p. 27). Skinner argumenta que as interpretações contemporâneas acerca dos escritos e ideias de outrora carregam consigo uma deturpação das ideias originais, na medida em que os autores contemporâneos analisavam tudo sob a ótica atual. Dessa maneira, houve, por muitas das vezes, a perda dos significados e conceitos originais quando se trazia escritos antigos para um debate atual, no qual o autor que as escreveu nunca poderia participar. O trecho a seguir relata a influência dessa forma de interpretação para a teoria política:

Se para o âmbito genérico da história da filosofia o anacronismo já seria anátema, em relação à teoria política o erro estaria amplificado na medida em que, diferentemente de formas mais abstratas da elaboração filosófica – os tratados de lógica são o caso mais extremo –, os trabalhos da filosofia política seriam elaborados como atos de fala

de atores particulares, em resposta a conflitos também particulares, em contextos políticos específicos e no interior de linguagens próprias ao tempo de sua formulação. Cada autor, ao publicar uma obra de teoria política, estaria, portanto ingressando num contexto polêmico para definir a superioridade de determinadas concepções, produzindo alianças e adversários, e buscando a realização prática de suas ideias (JASMIN, 2005, p. 28).

Um importante autor inserido em tal perspectiva metodológica, contrária a de Skinner, foi Leo Strauss. Para ele as ideias do passado, inclusive o pensamento maquiaveliano, eram atemporais. Dessa forma, haviam inúmeras obras clássicas desenvolvidas “durante séculos e séculos de cultura filosófica que possuiriam uma característica especial de serem trans-históricos, encontrando-se intrincados num eterno debate entre si, formando o que poderia ser denominado como um circuito fechado de ideias” (NAPPI, 2011, p. 154). Strauss acreditava que muitas das soluções para problemas do seu tempo estavam em escritos de grandes homens no passado. E, embora fosse um grande crítico de Maquiavel, afirmou que o autor florentino foi “um profeta dos novos tempos, uma espécie de Moisés da modernidade” (STRAUSS, 1958, p. 83 apud SILVA, 2018, p.14).

Skinner, por sua vez, objetivando refutar essa abordagem de Strauss e as demais semelhantes enfatizou a importância do contexto na análise de textos antigos. Sua ideia consistia em situar os textos do passado em seus contextos específicos, para então identificar o que seu autor quis dizer. O objetivo é interpretar além do próprio significado do texto em si, mas ter em mente a intenção do autor ao escrevê-lo. Assim, “o objeto da análise historiográfica é deslocado da ideia para o autor, do conteúdo abstrato da doutrina para a ação ou performance concreta do ator num jogo de linguagem historicamente dado” (JASMIN, 2005, p. 28). Nessa direção, a tese é também chamada de contextualismo linguístico, pois:

Skinner especificava a noção de contexto, qualificando como linguístico ou de linguagem aquele que importaria reconstruir historicamente para dar sentido às proposições da teoria política e social no tempo. Uma tal especificação resultava, simultaneamente, na crítica da tendência retificadora de noções de contexto usuais em diversas perspectivas sociais da historiografia (JASMIN, 2005, p. 28).

Há inúmeros exemplos de estudos das obras de Maquiavel que ignoraram o contexto e as especificidades do pensamento e acabaram equivocando-se. Tornam-se “pouco mais do que um simples repositório de textos passivamente à espera de livre manipulação pelos intérpretes situados no presente” (SILVA, 2018, p.11). Um dos grandes erros nessa forma de pesquisa é a escolha seletiva das obras. Os autores se limitam a interpretar as mesmas passagens de Maquiavel, sobretudo a obra *O Príncipe*, e se silenciam sobre tantas outras passagens e obras

que poderiam desautorizar suas conclusões. Dessa forma, o interesse desses autores é mobilizar os escritos do autor florentino para fomentar seus ideais do presente ao invés de propor uma reconstrução histórica do seu pensamento Com isso:

A superinterpretação surge na tentativa “obsessiva” de deduzir dessa relação mínima o máximo possível. Rigorosamente, trata-se mais do “uso” livre e instrumental do texto do que de um autêntico processo de interpretação, que requer sempre uma espécie de “diálogo” entre o leitor e o texto. Essa tendência está vinculada ao fato de que frequentemente os textos dizem mais do que o que seus autores pretendiam dizer, mas menos do que muitos leitores incontinentes gostariam que eles dissessem (SILVA, 2018, p.12).

Skinner apresenta não só uma crítica a esse modelo interpretativo e uma alternativa a ele, mas identifica também três consequências dessas “abordagens focadas exclusivamente ou predominantemente na estrutura interna dos textos: a mitologia da doutrina, a mitologia da coerência e a mitologia da *prolepsis*” (NÖTHLING, 2012, p. 186). A mitologia da doutrina consiste em esperar que o autor clássico, por estar inserido em uma disciplina, consequentemente tenha escrito visando os tópicos que compõe a mesma. Essa noção pode levar o analista da obra a “converter observações dispersas feitas por um autor em uma ‘doutrina’ que tal autor jamais enunciou, e jamais poderia ter tido a intenção de enunciar” (NÖTHLING, 2012, p. 186). Pode acarretar também a críticas desnecessárias, na medida em que o autor clássico não discute questões que integra a sua disciplina.

A mitologia da coerência “consiste na atribuição de uma consistência absoluta às obras de autores que, na verdade, falharam em apresentar suas ideias de modo perfeitamente consistente e sistemático” (NÖTHLING, 2012, p. 186). Essa fixação em tornar coerente um argumento clássico a fim de fomentar debates atuais, ocorre, na maioria das vezes, silenciando outra parcela de argumentos. “Por fim, a mitologia da *prolepsis* consiste no tipo de discussão que somos inclinados a produzir quando estamos mais interessados no significado retrospectivo de um dado episódio que em seu sentido para o agente em seu próprio tempo” (NÖTHLING, 2012, p. 187). Ou seja, se negligencia a intenção do autor e ignora o que o mesmo tinha em mente ao escrever, para que o significado particular do leitor prevaleça. É por meio de tais constatações que Skinner esclarece sua tese da história das ideias e enfatiza sua importância para a qualidade da teoria política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maquiavel, grande autor e pensador político mantêm-se relevante desde a Renascença até hoje. Em meio ao debate multifacetado envolvendo o autor florentino, o trabalho em questão optou por trazer a discussão de três autores com diferentes leituras e posicionamentos acerca dos seus escritos: Leo Strauss, Ernest Cassirer e Quentin Skinner. A intenção nunca foi prestar um juízo de valor frente às perspectivas apresentada. Contudo, procurou-se contribuir para um profundo entendimento do pensamento desse importante autor, expondo tão distintas interpretações que exploraram sua complexidade. As perspectivas discutidas possuem argumentos e fundamentos válidos, embora completamente opostos entre si. Essa constatação reafirma a riqueza do pensamento de Maquiavel, capaz de mobilizar inúmeros posicionamentos e permanecer em pauta até os dias atuais.

Leo Strauss fica encarregado da crítica ferrenha a Maquiavel, o autor adota o termo maquiavélico para se referir ao autor e enxerga maldade e astúcia em seus ensinamentos. Para ele “a imagem mais correta do ‘blasfemo’ Maquiavel seria mesmo a de um ‘professor do mal’” (STRAUSS, 1958, p. 9 apud SILVA, 2010, p.38). Ernest Cassirer, todavia, interpreta os escritos de Maquiavel, sobretudo *O Príncipe*, como uma obra repleta de ensinamentos objetivos, de experiências realistas. O pensamento maquiaveliano em sua perspectiva é, portanto, técnico e ausente de referência moral. Pois em nenhum momento Maquiavel expressa uma preferência ou uma crítica frente às lições apresentadas. Cassirer considera Maquiavel um técnico frio, analista e sem compromisso com a moral. Longe de criticá-lo ou elogiá-lo, Cassirer apenas descreve a forma prática com a qual Maquiavel escreveu. Já Quentin Skinner ficou com a perspectiva positiva do Maquiavel. Segundo ele, o pensamento maquiaveliano está diretamente ligado ao republicanismo clássico. Defende, portanto, que seus escritos mostram-se contra a tirania e a favor do bem público, na medida em que Maquiavel afirma a importância da força popular para o ordenamento social e do código jurídico para a garantia da liberdade.

Strauss não admite uma interpretação positiva e favorável da obra de Maquiavel, nem mesmo concorda com o seu apreço pela República, como é o caso de Skinner. Para Strauss o autor florentino seria um conselheiro de tiranos, e ao contrário do posicionamento de Cassirer, para ele, não há como negar o caráter imoral em seus ensinamentos. Já a crítica de Cassirer direciona-se aos autores que fazem uma atribuição normativa a obra do autor florentino, como o caso de Quentin Skinner. Critica também interpretações que se mostram indignadas ao ponto de demonizarem Maquiavel, como é o caso de Strauss. Para Cassirer não há sentido algum

nessa percepção negativa, visto que Maquiavel nada acrescentou em suas obras a não ser a realidade. Por fim, para Skinner, Maquiavel não descreveu as regras de um jogo, sem intenção de saber quem usaria ou como - visão de Cassirer, todavia estava muito interessado nos desdobramentos da República. Skinner não admite uma visão maquiavélica do autor – visão de Strauss, pois ressalta a importância que o mesmo deu para a liberdade e as leis. Afirma ainda, que mesmo quando Maquiavel deixa de levar em conta a justiça, fato que atribuem ao seu maquiavelismo, é tendo em vista ao fim o bem comum.

O trabalho propôs-se a relacionar tais pontos de vistas, estabelecendo uma discussão indireta entre os autores, na medida em que não houve, com exceção de Skinner e Strauss, um debate direto entre eles. Essa exceção consiste na crítica direta de Skinner ao pensamento de Strauss. Em seu trabalho sobre a história das ideias políticas Skinner contrapõe-se a metodologia de Strauss, propondo uma nova forma de interpretar os escritos do passado, que levava em conta o contexto linguístico específico.

Conclui-se aqui, portanto, que tais interpretações, opostas entre si, são relevantes e essenciais para a filosofia e teoria política moderna. Pois, justamente por serem contrárias, detalham cada aspecto das obras e pensamentos desse notório autor e enriquecem o debate acadêmico, contribuindo, também, para a formação de novos posicionamentos críticos. Estudar pontos essenciais para as ciências humanas, como a liberdade, a política, as leis, a moralidade e a ética é essencial, esse trabalho reconhece, a partir do debate proposto, que grande parcela das contribuições nesses estudos provém de Maquiavel.

REFERÊNCIAS

- BELLOZO, E. Maquiavel e as origens do pensamento moderno. Departamentos de Serviço Social e Direito da UCP. Faculdades do Centro do Paraná.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1994b.
- BRAZ, Lívia S. **A Defesa do Republicanismo no Príncipe de Maquiavel**. Rio de Janeiro: ANPHU, 2014.
- CASSIRER, Ernst. O Mito do Estado. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Códex, 2003.
- ENGELMANN, Ademir A. **Maquiavel: secularização, política e natureza humana**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). PUC/SP, São Paulo, 2005.
- FALCÃO, Luís Alves. **Leo Strauss a Maldade Camuflada de Maquiavel**. Rio de Janeiro: Kléos, n.15: 95-113, 2011.
- JASMIN, Marcelo Gantus. **História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares**. RBCS Vol. 20 n°. 57, 2005.
- JÚNIOR, Antonio de Freitas. **O pensamento político de Maquiavel**. Brasília: Revista de Informação Legislativa, 44 n, 2007.
- LIMA VAZ, Henrique C. **Escritos de filosofia VII - Raízes da modernidade**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução de Lívio Xavier. Ed. reform. Prefácio de Isaiah Berlin. São Paulo: Ediouro, 2002.
- NAPPI, Thiago R. **Como interpretar os textos do passado: aspectos da visada teórica de Quentin Skinner**. Rio Grande: Historiæ, 2011, p. 153-162.
- NÖTHLING, Vander Schulz. **A história das ideias na perspectiva de Quentin Skinner**. Pouso Alegre: Theoria, v. 04, n. 09, 2012.
- ROCHA, André Menezes. **Leo Strauss: Uma nova figuração do Maquiavelismo**. São Paulo: Cadernos Espinosanos, n.32, 2015.
- SILVA, Ricardo. **A República Democrática de Maquiavel: uma crítica à interpretação anti-institucionalista**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2018.
- _____. **Maquiavel e o conceito de liberdade em três vertentes do novo republicanismo**. Revista brasileira de ciências sociais: vol. 25 n. 72, 2010.
- SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. **Maquiavel**. Porto Alegre: L&PM, 1940.

STRAUSS, Leo. **Reflexões sobre Maquiavel**. 1. ed. São Paulo: É Realizações, 2015.

TROIANO, Mariele; RISCADO, Priscila. **Instituições e o Institucionalismo**: notas acerca da construção do debate e seus principais desafios na contemporaneidade. Pernambuco: Revista Política Hoje, volume 25, n. 1, 2016, p. 113-132.